

CADERNO DE ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS

ESTE CADERNO SE DESTINA AOS **GESTORES ESCOLARES**
E **EQUIPES PEDAGÓGICAS** DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO
ESCOLAR QUILOMBOLA, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA,
EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.



SEDUC

GOVERNO DO
MARANHÃO



GOVERNO COM O
POVO
DO MARANHÃO
NÃO CENSOUS
NÃO!

Governador do Estado do Maranhão
Carlos Orleans Brandão Júnior

Secretária de Estado da Educação
Leuzinete Pereira da Silva

Subsecretário da Educação
Marcio Machado

Secretária Adjunta de Gestão da Rede do Ensino e da Aprendizagem
Nádya Christina Guimarães Dutra

Superintendência de Gestão do Ensino e Desenvolvimento da Aprendizagem
Adelaide Diniz Coelho Neta

Superintendência de Planejamento da Rede de Ensino e Regime de Colaboração
João Paulo Mendes Lima

Superintendente de Informação e Avaliação de Desempenho Educacional
Márcia Thaís Soares Serra Pereira

Superintendente de Participação Social
Ismael Almeida Cardoso

Supervisor de Modalidades e Diversidades Educacionais
Jocnilson Mendes Costa

Equipe de Elaboração

Adelaide Diniz Coelho Neta
Claudiana Macário Sousa
Clenia de Jesus Pereira dos Santos
Izabela Brito Marques Cutrim
Jocnilson Mendes Costa
Lissandra Mendes Fraga
Marinildes Pereira Martins
Raimunda de Moraes Mota
Rosane da Silva Ferreira
Vitória Raquel Pereira de Souza

Revisão crítica

Prof.ª Esp. Adelaide Diniz Coelho Neta
Prof. Mestrando João Paulo Mendes Lima
Prof.ª Mestranda Márcia Thaís Soares Serra Pereira
Prof.ª Msc. Nádyá Christina Guimarães Dutra
Prof.ª Msc. Francisca das Chagas dos Passos Silva
Prof.ª Mestranda Patrícia Maria de Mesquita Souza
Prof.ª Msc. Francisca Imaculada Santos Oliveira

Colaboradores

Raimundo Nonato P. da Silva
Roseana Sales da Silva Moreira
Marcos Vinícius Oliveira Sobrinho

Diagramação

Fabiel Lima
Matheus Pinheiro Soeiro

SUMÁRIO

.....

1. INTRODUÇÃO	5
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO	6
2.1 História, cultura e literatura africana, afro-brasileira e indígena	7
2.2 Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e agroecologia	9
2.3 Corresponsabilidade social e movimento dos trabalhadores das áreas de assentamento da reforma agrária	10
2.4 A Educação de Jovens e Adultos na Educação do Campo	11
2.5 Sugestões de vídeos	12
3. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	14
3.1 História, cultura e literatura africana, afro-brasileira e indígena	16
3.2 Corresponsabilidade social, movimento negro e quilombola no Brasil	18
3.3 A Educação Quilombola e a Educação de Jovens e Adultos	19
3.4 Sugestões de vídeos	20
4. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	23
4.1 Arte e cultura indígena	25
4.2 Corresponsabilidade social e direito indígena	27
4.3 A Educação de Jovens e Adultos na Educação Escolar Indígena	29
4.4 Sugestões de vídeos	30
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	32
5.1 A organização curricular do Ensino Fundamental na EJA	33
5.2 O Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos	34
5.3 Acompanhamento pedagógico	40
5.4 Avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos	41
5.5 As formas de oferta da Educação de Jovens e Adultos na rede estadual de ensino do Maranhão	41
5.6 A correspondência curricular do Ensino Regular para Educação de Jovens e Adultos	43
REFERÊNCIAS	46
ANEXO 1 - PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EJA	49
Princípios e Fundamentos Legais da Educação de Jovens e Adultos	50
Proposições para o enfrentamento à evasão e abandono na EJA	52
A diversidade de público na Educação de Jovens e Adultos	53
A EJA na perspectiva da Educação Inclusiva para Pessoas com Deficiência	55
E EJA para pessoas no contexto de privação de liberdade no Maranhão	55
A EJA para jovens em cumprimento de medidas cautelares e socioeducativas	56

INTRODUÇÃO

Educação para todos os povos e em todos os contextos é um grande desafio e requer esforços significativos para o fortalecimento de uma prática eficiente, que produzam resultados positivos e que dialogue com os interesses e singularidades de cada espaço escolar.

Pensar na ação pedagógica para as modalidades e diversidades é fazer uma imersão direta na pluralidade cultural, expressa por meio das variadas linguagens das juventudes existentes em cada parte do território maranhense.

É necessário um amplo exercício e uma profunda reflexão acerca das crenças e tradições de cada comunidade, dos seus valores, das suas concepções políticas, percepções artísticas, da compreensão de mundo para cada grupo e como isso está posto no dia a dia do espaço escolar.

Nesse sentido, a prática pedagógica docente exige um olhar diferenciado para os povos e comunidades tradicionais, para os povos originários, para os jovens, adultos e idosos, para os estudantes com deficiência, para as pessoas em situação de privação de liberdade e para os jovens que cumprem medidas socioeducativas e cautelares.

É importante considerarmos as especificidades de cada um dos sujeitos aprendentes, possibilitando-lhes meios para que estes se apropriem dos saberes e conhecimentos essenciais para o seu pleno desenvolvimento e constituição de sua cidadania.

Promover a universalização do acesso e permanência dos estudantes, público das modalidades educacionais, perpassa pela construção de propostas adequadas a cada grupo, sem que com isso os pilares fundamentais e garantias inquestionáveis, que assegurem um ensino que respeite as diferentes formas de existir no mundo e as diversas configurações sociais de cada comunidade independentemente de suas diferenças individuais, sejam violadas.

Esse universo nos permite pensar estratégias que melhor se adapte ao coletivo, a quem estamos dedicando nosso trabalho. É uma forma de democratizar o saber, seja ele popular/tradicional ou científico. Nos permite, ainda, um planejamento capaz de contribuir para o bem comum, com qualidade social e para o desenvolvimento de uma sociedade justa, equânime, inclusiva, com força para combater o racismo, o capacitismo, o etarismo e tantos outros preconceitos, por nos fazer entender que existem especificidades naturalmente insegmentáveis, como bem coloca Ferreira e Guimarães (2003, p. 37), quando nos diz que os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São então diferentes de direito. É o chamado direito à diferença; o direito de ser, sendo diferente.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada, sendo por vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades, raramente, têm sido objeto da atenção por partes dos governos locais. Neste cenário de exclusão, a educação para os povos do campo, vem sendo trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos essencialmente marcados por conotações urbanas e, geralmente, deslocada das necessidades da realidade local e regional (SOUZA & REIS, 2009).

Por muito tempo a educação oferecida à população campestre viu-se ancorada no modelo da educação urbana, o que a subordinava a um modelo elitista e classista urbano, contrariando os valores e as questões identitárias dos povos do campo, ainda marcada pela ausência de pertencimento desses sujeitos, historicamente segregados e privados de seus direitos a um ensino de qualidade, que lhes proporcione a ressignificação do espaço onde vivem como afirma (FERNANDES, 2004, p. 137):

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação.

Para Leite (1999), a educação do campo no Brasil, e por decorrência histórica no Maranhão, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a um plano inferior e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos (p.14)”.

No entanto, os movimentos sociais têm exercido forte influência na transformação, no reconhecimento e na garantia de políticas públicas efetivas para a educação das populações campestres. Nesse sentido, o campo tem representação para além de sua área geográfica e conduz uma sucessão de lutas e embates políticos; cujo espaço é singular, quando se refere à cultura, tradições místicas e costumes. Concebe-se que, é a partir do engajamento dos movimentos sociais e participação de organizações não-governamentais como as Casas Familiares Rurais – CFRs (desde 1935 na França) e as Escolas Familiares Agrícolas – EFAs (em 1961/1962, na Itália), que a educação do campo passa a também acontecer no campo (RIBEIRO, 2013, p. 40).

A educação no e do campo deve potencializar reflexões que condensem a produção de saberes múltiplos, colaborando para a compreensão e desmistificação coletiva de que a educação campestre é inferior, considerando a educação ofertada nos centros urbanos e supera a ideia de atraso, incapacidade, falta de perspectiva e ainda, a visão tradicional de que a escola do campo é um mero espaço do aprender a ler e escrever o próprio nome, onde há predominantemente um povo adicto do meio urbano.

O termo “Campo” é utilizado aqui como um lugar que incorpora espaços da floresta, da pecuária, da agricultura, dos pesqueiros, dos ribeirinhos, dos quilombolas; ou seja, é um lugar de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2002).

Nessa perspectiva, a Educação para os povos do campo, explicita diferenças e es-

peculiaridades que devem ser analisadas e consideradas no momento em que organizamos as diretrizes curriculares para a educação no e do campo no Estado do Maranhão, construídas “pelo” e “para” os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do Campo, não cabendo à reprodução do currículo da escola urbana, pois este descaracteriza a identidade dos sujeitos do campo.

Nessa direção, além das disciplinas da Formação Geral Básica e da base diversificada comum a toda rede (Pré Itinerários Formativos, Projeto de Vida, Tutoria, Eletivas de Base, Aprofundamento de IFI), a matriz das escolas do campo da rede estadual também contempla componentes peculiares a esta Modalidade de ensino, quais sejam:

- História, Cultura e Literatura Africana, Afro-brasileira e Indígena;
- Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e Agroecologia e
- Corresponsabilidade Social e Movimento dos Trabalhadores das áreas de assentamento de reforma agrária.

Estas últimas farão imersão à realidade campesina possibilitando ao estudante utilizar os saberes escolares e agregar aos saberes tradicionais do Campo para que possa construir uma formação sólida de pertencimento e de valorização dos conhecimentos que emergem das lutas no Campo. Para lembrar Roseli Caldart, uma educação no campo e do campo.

	HISTÓRIA, CULTURA E LITERATURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA	CORRESPONSABILIDADE SOCIAL E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
Oferta	Anual	Anual	Anual
Horário	Horários conjugados	Horários conjugados	Horários conjugados
Avaliação	Avaliação com instrumento	Avaliação com instrumento	Avaliação com instrumento
Registro no SIAEP	Registrar nota , conteúdos e frequência regularmente	Registrar nota , conteúdos e frequência regularmente	Registrar nota , conteúdos e frequência regularmente
Matriz curricular: Habilidades/Competências/Conteúdos	Detalhamento do Caderno de Modalidades e Diversidades Educacionais (SEDUC)	Detalhamento do Caderno de Modalidades e Diversidades Educacionais (SEDUC)	Detalhamento do Caderno de Modalidades e Diversidades Educacionais (SEDUC)
Planejamento	Planejamento coletivo	Planejamento Coletivo	Planejamento coletivo
Instrumento de Planejamento	Plano de Atividade Docente	Plano de Atividade Docente	Plano de Atividade Docente
Mapeamento	01 professor	Até 02 professores. - 2 professores (cada um em um horário) - 1 professor (nos 02 horários)	01 professor

2.1 HISTÓRIA, CULTURA E LITERATURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Consiste em inserir no Currículo Escolar a História e Cultura dos Povos indígenas e africanos. Poderá ser ministrado preferencialmente por Professores da Área de Ciências Humanas, oriundos da Comunidade e com formações continuadas em Relações étnico-raciais. A elaboração das habilidades deverão estar em consonância com o objeto de conhecimento, devidamente articulados com o procedimento metodológico e avaliativo.

SÉRIE	OBJETIVOS	CONTEÚDO
1ª	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a diversidade linguística em África e a presença das línguas africanas na Diáspora. • Perceber a produção de literária de diferentes períodos e suas influências nas relações sociais e de poder. • Conhecer as diferentes etnias, em especial, a africana e sua influência na cultura brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> • O texto de natureza científica como prática social. • A tradição oral africana. • A produção literária de autoria negra no período escravista no Brasil. • Literaturas africanas de expressão portuguesa no período colonial. • Sociedade multicultural e pluriétnica. • História e cultura afro-brasileira e Indígena. • Intelectuais negros. • Literatura, identidade negra e combate ao racismo na África e na Diáspora.
2ª	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as implicações sociais do texto literário no âmbito das discussões étnico-raciais. • Reinterpretar a história afro-brasileira através da leitura de narrativas que refletem nossa ancestralidade. • Reconhecer a importância da literatura afro-brasileira como estratégia para combater o racismo. • Conscientizar os estudantes no ambiente escolar, sobre a importância do respeito entre todas as pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Etnolinguística das populações afro-brasileiras. • História da literatura e tradição afro-brasileira. • Literatura afro-brasileira. • Literatura negra. • Mulheres e a produção literária afro-brasileira. • Contribuição da população negra africana e afro-brasileira na formação e construção da sociedade brasileira • A Música Negra nas Américas.
3ª	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre familiaridades entre as literaturas africanas e afro-brasileira. • Perceber a literatura como instrumento de construção de identidades negras. • Compreender que o lugar de fala é importante e interfere na representatividade do sujeito. • Acabar ou minimizar a existência da cultura racista e discriminatória internalizada no convívio escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Literatura e construção das identidades nacionais. • A estética da escrita negra. • Literatura e ideologias. • A música afro-brasileira. • Literatura negra e expressões da oralidade: religiosidade, rap, música negra, teatro. • Preconceito, discriminação, racismo e segregação. • Movimentos Sociais e Relações Étnico-raciais. • Impactos da globalização sobre as culturas.

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

- Estudo sobre as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008;
- Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais para Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola;
- Referenciais Curriculares que orientam sobre a educação dos povos indígenas e africanos;
- Pesquisar a história da comunidade para identificar os primeiros moradores;
- Incentivar as narrativas dos mais velhos e registrar para que se mantenha viva e documentada;
- Estudar os povos indígenas e africanos em suas gênesis para valorização, autoconceito e autoestima desses povos;

- Suscitar a pesquisa em sala de aula com vistas a identificar os costumes, as culturas e a forma de ler o mundo por esses povos;
- Identificar os jeitos de crer dos povos indígenas e africanos para aprofundar os conhecimentos e combater o preconceito;
- Desenvolver pesquisas sobre as plantas medicinais da Comunidade, conhecer os saberes tradicionais e científico;
- Organizar oficinas com experimentos das plantas medicinais;
- Utilizar nas aulas os valores civilizatórios de Azoilda Trindade disponível nos Cadernos Pedagógicos no projeto a Cor da Cultura, com vistas a formação humana da juventude campesina;

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA

Será desenvolvido a partir da segunda série, e consiste em desenvolver os princípios e fundamentos da agroecologia e a importância do uso racional dos recursos naturais. Tem como enfoque a contextualização do Território, e potencializar saberes capazes de identificar, limites, desafios e potencialidades na agricultura familiar.

Poderá ser ministrado por até 2 (dois) professores com formação em Ciências Agrárias e outro em Ciências da Natureza, ou poderá interdisciplinar com alguém de Ciências Humanas. A elaboração das habilidades deverão estar em consonância com o objeto de conhecimento, devidamente articulados com o procedimento metodológico e avaliativo.

SÉRIE	OBJETIVOS	CONTEÚDO
2 ^a	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar novos modelos de agriculturas com a contribuição e a interação com outras ciências e em diálogo com os saberes e conhecimentos das populações tradicionais. • Conhecer as populações tradicionais organizadas no Brasil, a multiplicidade de sujeitos do campo e as representações identitárias que compõem o rural brasileiro. • Fomentar a prática de Agroecologia que contemple os elementos: conservação e regeneração dos recursos naturais, manejo dos recursos produtivos e implementação de elementos técnicos. • Aprimorar condições sustentáveis de produção no tocante à água, aos solos, as sementes e manejos culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Biotecnologia e sustentabilidade. • Exploração e uso de recursos naturais. • Problemas ambientais: mudanças climáticas, efeito estufa; desmatamento; erosão; poluição da água, do solo e do ar. • Tecnologias ambientais. • Conservação e recuperação de ecossistemas. • Conservação da biodiversidade. • Legislação ambiental: água, florestas, unidades de conservação; biodiversidade.
3 ^a	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a agricultura como atividade principal ou transversal às outras atividades presentes e executadas pelas comunidades remanescentes de quilombos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos biológicos da pobreza e do desenvolvimento humano. • Indicadores sociais, ambientais e econômicos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar uma Educação Escolar Quilombola no contexto Maranhense, com o desenvolvimento de projetos voltados para apoio à conservação e recuperação ambiental, com promoção através do Programa Maranhão Verde. • Analisar a agricultura como ferramenta de segurança alimentar do núcleo familiar das comunidades quilombolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de desenvolvimento humano. • Principais doenças que afetam a população brasileira: caracterização, prevenção e profilaxia. • Aspectos biológicos do desenvolvimento sustentável.
--	---	---

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

<ul style="list-style-type: none"> • Fazer Diagnóstico da realidade por meio de pesquisas para conhecer as produções locais; • Planejar as aulas de modo que inclua Tempo Comunidade, espaço e tempo onde o estudante poderá aplicar os saberes escolares; • Conhecer a Terra em suas múltiplas dimensões por meio de pesquisas, construção de mapas e maquetes; • Promover atividades que possibilitem a caracterização do território do ponto de vista da história, economia, política, geográfica e cultural; • Desenvolver saberes que contribuam para a identificação dos problemas da Comunidade e potencialize as possíveis soluções para melhoria da qualidade de vida; • Desenvolver pesquisas sobre o ambiente de modo global e local; • Analisar o impacto da falta de preservação para vida em diferentes âmbitos; • Identificar a etnia da Comunidade para desenvolver estudos sobre os saberes tradicionais locais e potencializar discussões e registros da memória dos moradores; • Fazer intersecção dos saberes tradicionais com os saberes escolares para que os estudantes possam valorizar a importância de ambos na sua formação identitária;
--

2.3 CORRESPONSABILIDADE SOCIAL E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DAS ÁREAS DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA

O objetivo da disciplina é trazer discussões e saberes que emergem dos Movimentos Sociais e que estão presentes no dia a dia da população campestre. Deverá ser ministrada preferencialmente por professores com Formação em Educação do Campo, ou com formação na área de Ciências Humanas.

SÉRIE	OBJETIVOS	CONTEÚDO
1ª	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar formas de se praticar a agricultura baseada na filosofia ambiental, traçando modelos de produção baseados em agroecossistemas. • Refletir sobre o desenvolvimento e territorialização da agricultura familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Observar os impactos socioambientais no território dos educandos e a relação no equilíbrio ecológico dos ecossistemas. • Empobrecimento da agricultura familiar. • Violência no campo. • A agenda 21. • Desenvolvimento sustentável e mercado de trabalho em áreas de assentamento.

	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os saberes dos agricultores e agricultoras familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de produção campezina e participação social.
2ª	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer uma arquitetura institucional capaz de enfrentar as múltiplas dimensões de desigualdade para os trabalhadores do Campo. • Compreender as especificidades e os efeitos das relações de trabalho na agriculturaz familiar. • Refletir sobre as diferentes relações de trabalho que os sujeitos da agricultura familiar desenvolvem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas culturais dos educandos e suas famílias. • Economia solidária. • Qualidade de vida das populações das áreas de assentamento de reforma agrária. • Sistema de produção familiar e comercialização. • Projeto educativo da Casa Familiar Rural.
3ª	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância e a evolução dos projetos de assentamento de reforma agrária. • Aprofundar o conhecimento sobre o meio ambiente e seus problemas atuais a partir do diálogo entre os saberes populares e escolares. • Valorizar a formação do homem do campo e das atividades campezinas que incluem toda a família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas e a melhoria das condições de vida em áreas de assentamento de reforma agrária. • Impactos socioambientais observados no território das comunidades de assentamento e a qualidade de vida dos seres humanos. • Agricultura familiar sustentável.

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

- Desenvolver ações pedagógicas em articulação com os saberes que emergem dos Movimentos Sociais;
- Valorizar os saberes da população campezina com foco em práticas da Agroecologia contemplando elementos de regeneração dos recursos naturais, manejo dos recursos produtivos subsidiados pelos conhecimentos científicos e técnicos;
- Ter como parâmetro os conteúdos propostos no quadro acima, mas priorizando a interdisciplinaridade com outras áreas;
- A avaliação deverá seguir as orientações gerais do Caderno de Gestão Pedagógica, mas atentando para as adequações de cada realidade;
- Utilizar como parâmetro para fontes de pesquisa as Diretrizes Nacional e Estadual da Educação do Campo.

2.4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Aos jovens, adultos e idosos que residem no campo tem sido ofertadas políticas públicas de educação que atendam, de forma adequada e com qualidade, suas especificidades. Essas políticas incluem a construção, implantação e implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão e as diferentes pedagogias para atender os diversos sujeitos do campo, valorizando os conhecimentos culturais característicos de suas realidades.

No que tange à educação profissional em áreas do campo, tem-se o Ensino Médio

integrado à educação profissional de nível técnico em agropecuária, de tempo e formação integral, que visa expandir a oferta de Ensino Médio técnico profissionalizante, de forma contextualizada e integrada às atividades produtivas locais, com prioridade para jovens agricultores e agricultoras de áreas de assentamento e quilombolas, possibilitando-os não somente o ingresso no mundo do trabalho, mas também a continuidade de estudos em nível superior.

Na parte diversificada do currículo, devem ser utilizadas as mesmas sugestões de conteúdo e abordagem para cada uma das disciplinas, realizando apenas a adequação de acordo com os estudantes, a comunidade e a carga horária anual.

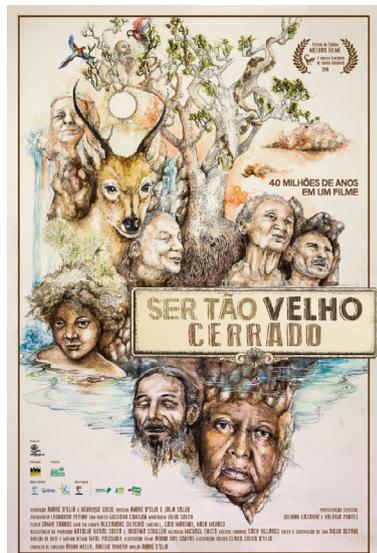
2.5 SUGESTÕES DE VÍDEOS

O menino que descobriu o vento



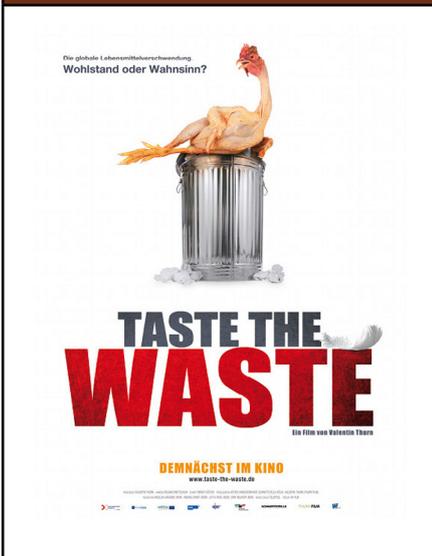
William Kamkwamba (Maxwell Simba) é um garoto de 13 anos que não aguenta mais ver sua família e seus amigos passarem por dificuldades. Uma forte seca toma conta da região do Malawi em que ele mora e, com isso, nenhuma plantação consegue se desenvolver. Para Kamkwamb, ir para a escola é a grande oportunidade de mudar de vida e ajudar os seus pais. Porém, como a família não consegue vender a plantação, faltam recursos para pagar a mensalidade. É aí que ele decide aprender sozinho. Em uma pequena biblioteca local, Kamkwamb aprendeu sobre engenharia e energia eólica. Na cara e na coragem, ele constrói um sistema de moinho e de bombeamento de água que transforma a vida dos moradores de sua aldeia. A história do jovem africano ganhou o mundo por meio de um livro autobiográfico lançado em 2009. Dez anos depois, a narrativa inspirou o filme original da Netflix O menino que descobriu o vento, dirigido pelo britânico Chiwetel Ejiofor (12 Anos de Escravidão), que interpreta o pai de Kamkwamb no longa. **Disponível em:** https://www.huffpostbrasil.com/entry/netflix-o-menino-que-descobriu-ovento_br_5c882330e4b038892f485674/ Acesso em 19/03/2023

Ser Tão Velho Cerrado



O documentário de André D'Elia, Ser Tão Velho Cerrado, que acaba de estrear faz um painel das lutas para preservação do Cerrado brasileiro, em especial da região da Chapada dos Veadeiros, em Goiás. Intercalando depoimentos de ambientalistas, professores, cientistas e moradores da região com representantes ruralistas e da mineração, o filme apresenta a importância da biodiversidade e a luta travada para a preservação da região em virtude da devastação ocorrida com a chegada da monocultura da soja e a exploração mineral naquela área. Com roteiro do diretor em parceria com Júlia Saleh, o filme conta ainda com a participação dos atores Juliano Cazarré e Valéria Pontes, que fazem a ligação dos depoimentos e evidenciam as contradições das falas dos empresários e ruralistas. **Disponível em:** <http://favodomellone.com.br/ser-cao-velho-cerrado-documentario-defende-a-regiao-central-do-pais/> Acesso em 19/03/2023

TASTE THE WASTE



O documentário TASTE THE WASTE (SABOR DO DESPERDÍCIO) mostra números alarmantes sobre o desperdício de alimentos. De acordo com a obra, cerca da metade de todos os gêneros alimentícios acabam no lixo, muitas vezes antes mesmo de chegar ao consumidor. O filme pesquisa as causas desse esbanjamento, analisa suas consequências para a alimentação de 7 bilhões de pessoas e seus efeitos sobre as mudanças climáticas.

Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/especiais/virada-sustentavel/?evento=599712ae6bba8/> Acesso em 19/03/2023

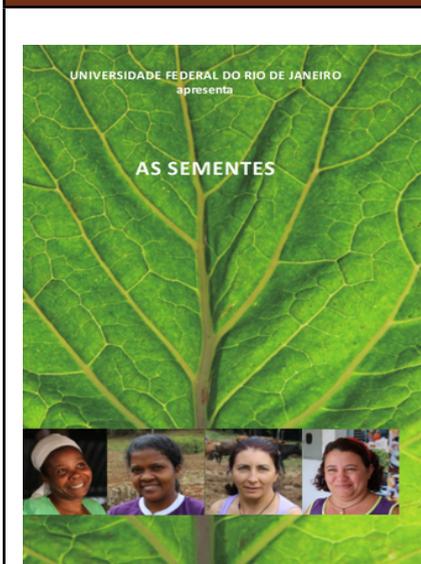
O veneno está na mesa



Participante do circuito universitário, o filme de Silvio Tandler evidencia os riscos do uso de agrotóxicos e lembra que o Brasil é o país que mais consome fungicidas, herbicidas e pesticidas.

Disponível em: <https://www.freetheessence.com.br/sustentabilidade/na-rua/10-filmes-mostra-ecofalante-cinema-ambiental/> Acesso em 19/03/2023

Sementes



O Filme “Sementes” traz uma série de depoimentos de mulheres agricultoras e quilombolas que discutem temas como agroecologia, economia solidária e feminismo. Roselita Victor, liderança do Polo da Borborema e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remígio, se emocionou com os depoimentos das mulheres do vídeo Sementes: “Eu me vi nesse filme, nas vidas dessas mulheres, porque tirar as minhas plantas de mim, é como me matar. Sou assentada da reforma agrária há 9 anos, vivo em uma terra onde meus avós trabalharam a vida toda para o fazendeiro, então isso é justiça. Só quem não tinha terra como eu, sabe o que é a felicidade de ter o seu canto para plantar. Pode me dar a melhor casa na cidade que eu não quero. A gente precisa lutar para que a vida no campo seja tão boa como dizem que a da cidade é”, desabafou.

Disponível em: <https://cabiologiaufv.wixsite.com/erebse-2016/single-post/2016/03/21/Filme-Sementes-Agroecologia-economia-solid%C3%A1ria-e-feminismo/> Acesso em 19/03/2023

“Minha vida é no meio do mundo”



“Minha vida é no meio do mundo” é um documentário sobre a construção de um movimento de mulheres agricultoras do Polo da Borborema, Agreste da Paraíba. Ao saírem de casa para ganhar o mundo, as agricultoras falam sobre as diversas manifestações da violência, mas sobretudo, contam como foram construindo caminhos para superação desse quadro a partir da vivência da agroecologia. O filme traz depoimentos de mulheres rurais que deixaram para trás histórias de violência e subordinação e abriram as portas de um mundo novo, pela afirmação de suas capacidades.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=okreklx8HJY>

Disponível em: <https://cabiologiaufv.wixsite.com/erebse-2016/single-post/2016/03/21/Filme-Minha-vida-%C3%A9-no-meio-do-mundo/> Acesso em 19/03/2023

3. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

No Brasil, diferentes atores sociais têm pleiteado e assumido em seus discursos e em suas pautas políticas uma educação ancorada no reconhecimento do direito às diferenças socioculturais. Neste sentido, a história dos quilombos no país tem sido construída por meio de várias e distintas estratégias de luta contra o racismo, pelo território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas, que reconheçam, reparem e garantam o direito dos quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação - esses movimentos denunciam a situação de desigualdade e preconceitos vividos pelos quilombolas, o qual está intrinsecamente ligado ao racismo¹.

Por conseguinte, o contexto das lutas dos quilombolas por uma educação diferenciada não se encontra à parte da luta pelo território, pelo contrário, para as populações tradicionais, falar de território é falar de educação.

A educação escolar quilombola compreende que a educação formal/ escolar deveria se fundamentar num processo de construção coletiva, um projeto que seja pensado pelos próprios sujeitos, ainda que em parceria com a escola. É a educação pensada de/ desde baixo, pelos sujeitos e não apenas para os sujeitos. Trata-se de uma tomada de posição política que reflete o esforço dos grupos excluídos para visualizar, construir e aplicar um projeto onde as aspirações e os critérios culturais próprios são o próprio fundamento (WALSH, 2010).

Considerando essa premissa, é adequado afirmar que os elementos que carregam a Educação Escolar Quilombola em consonância com a Lei 10.639/03, presente nos territórios, preceituam reconhecer a diversidade como uma marca da constituição do povo brasileiro, entendendo o conhecimento como algo que não é um fim em si mesmo, mas um dos instrumentos de humanização de homens e mulheres.

Neste sentido, a Educação Escolar Quilombola anuncia possibilidades de transformação da escola e da vida, considerando seus contextos e perspectivas, assim, corrobora para às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país.

¹Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola do Estado do Maranhão. Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. 2017. São Luís. Maranhão.

Esse raciocínio apresentado aponta caminhos propícios ao diálogo entre as questões educacionais vivenciadas pela Educação Quilombola, bem como evidencia os desafios que se apresentam para que, de fato, essas experiências de educação sejam sustentadas e efetivadas se colocando contra a ordem existente e estabelecida de uma educação conservadora, racista, elitista e excludente que perpetua a lógica de relações desiguais.

Diante desse pressuposto, faz-se necessário a contribuição dos educadores que já atuam na modalidade da educação escolar quilombola para a criação de novas propostas pedagógicas para a educação nos quilombos, construindo mecanismos de aprendizagens para os estudantes das comunidades Quilombola, no sentido de que sejam reconhecidas as especificidades dessa Modalidade de ensino e, conseqüentemente, promovam processos educativos que combata a exclusão, negação e subalternização dos grupos e sujeitos racializados, vislumbrando sobretudo, políticas e ações de combate ao racismo na educação, superação do fracasso escolar e enfrentamento distorção idade-série. (WALSH, 2010, p. 89).

Conforme disposto na Parte Diversificada da Matriz Curricular, a flexibilização Curricular contempla 11(onze) unidade curriculares, dentre as quais: História, Cultura e Literatura Africana e Afro-brasileira e Indígena e Corresponsabilidade Social, Movimento Negro e Quilombola no Brasil. Nesse sentido, para que possamos contribuir com a organização e desenvolvimento do trabalho docente, elencaremos algumas orientações.

O ponto de partida para o desenvolvimento destes componentes é:

- I. Ter conhecimento sobre a literatura que respalda os componentes;
- II. Compreensão da importância da Formação e autoformação sobre esses conteúdos;
- III. Conhecimento sobre os documentos legais que fundamentam a inclusão desses conteúdo no Currículo a saber:
 - Lei número 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena no Currículo Escolar;
 - Resolução n.º 189/2020 CEE/MA que trata sobre Diretrizes Curriculares Estaduais para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola;
 - Os Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola do Estado no Maranhão;
 - Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
 - Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto n.º 10.088/2019;
 - Ações pedagógicas articuladas com o Movimento Quilombola; Movimento Negro; Lideranças Quilombola; escuta ativa dos mais velhos;
 - Estudar as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola no Sistema Estadual de Ensino do Maranhão;

Os componentes Curriculares acima mencionados deverão ser ministrados preferencialmente, por Professoras (es) efetivos e contratados, pertencentes às comunidades quilombolas, e devem priorizar:

- Metodologias que valorize as rodas de conversas, que oportunize a escuta ativa dos estudantes;
- Proposições que suscite a pesquisa, sobretudo que promova a escuta da história e memória da comunidade por meio da escrita das narrativas;
- Tratamento didático ao vasto repertório cultural africano por meio da inclusão dos valores civilizatórios que desenham o que se entende por cultu-

ra afro-brasileira os valores civilizatórios nas aulas: Energia vital; Oralidade; Circularidade; Corporeidade; Musicalidade; Ancestralidade; Cooperatividade; Ludicidade; Religiosidade; Memória;

As escolas que utilizam a Pedagogia da Alternância, metodologia que consiste em oportunizar diferentes formas, tempos e espaços para a produção do conhecimento, deverão planejar e organizar os Tempos Escola (TE) e Tempo Comunidade(TC), de modo que os estudantes possam aplicar os conhecimentos científicos obtidos no TE, nas atividades realizadas no seu cotidiano do TC.

	HISTÓRIA, CULTURA E LITERATURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	CORRESPONSABILIDADE SOCIAL, MOVIMENTO NEGRO E QUILOM-BOLA NO BRASIL
Oferta	Anual	Anual
Horário	Horários conjugados	Horários conjugados
Avaliação	Avaliação com instrumento	Avaliação com instrumento
Registro no SIAEP	Registrar nota, conteúdos e frequência regularmente	Registrar nota, conteúdos e frequência regularmente
Matriz curricular: Habilidades/Competências/Conteúdos	Detalhamento do Caderno de Modalidades e Diversidades Educacionais (SEDUC)	Detalhamento do Caderno de Modalidades e Diversidades Educacionais (SEDUC)
Planejamento	Planejamento coletivo	Planejamento coletivo
Instrumento de Planejamento	Plano de Atividade Docente	Plano de Atividade Docente
Mapeamento	01 professor (na 1ª série) Até 02 professores (2 série) - 2 professores (cada um em um horário) - 1 professor (nos 02 horários)	01 professor (na 1ª série) Até 02 professores (2 série) - 2 professores (cada um em um horário) - 1 professor (nos 02 horários)

3.1 HISTÓRIA, CULTURA E LITERATURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

O mapeamento do Componente Curricular deverá ser feito, preferencialmente, por professores da área de Humanas ou Linguagens respeitando a disponibilidades de profissionais da instituição de ensino. O componente será ofertado nas três séries do Ensino Médio, atendendo a disponibilização dos conteúdos conforme quadro. A elaboração das habilidades deverão estar em consonância com o objeto de conhecimento, devidamente articulados com o procedimento metodológico e avaliativo.

SÉRIE	OBJETIVOS	CONTEÚDO
1ª	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a diversidade linguística em África e a presença das línguas africanas na Diáspora. • Perceber a produção de literária de diferentes períodos e suas influências nas relações sociais e de poder. • Conhecer as diferentes etnias, em especial, a africana e sua influência na cultura brasileira. 	<ul style="list-style-type: none"> • O texto de natureza científica como prática social. • A tradição oral africana. • A produção literária de autoria negra no período escravista no Brasil. • Literaturas africanas de expressão portuguesa no período colonial. • Sociedade multicultural e pluriétnica. • História e cultura afro-brasileira e Indígena. • Intelectuais negros. • Literatura, identidade negra e combate ao racismo na África e na Diáspora.
2ª	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as implicações sociais do texto literário no âmbito das discussões étnico-raciais. • Reinterpretar a história afro-brasileira através da leitura de narrativas que refletem nossa ancestralidade. • Reconhecer a importância da literatura afro-brasileira como estratégia para combater o racismo. • Conscientizar os estudantes no ambiente escolar, sobre a importância do respeito entre todas as pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Etnolinguística das populações afro-brasileiras. • História da literatura e tradição afro-brasileira. • Literatura afro-brasileira. • Literatura negra. • Mulheres e a produção literária afro-brasileira. • Contribuição da população negra africana e afro-brasileira na formação e construção da sociedade brasileira • A Música Negra nas Américas.
3ª	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre familiaridades entre as literaturas africanas e afro-brasileira. • Perceber a literatura como instrumento de construção de identidades negras. • Compreender que o lugar de fala é importante e interfere na representatividade do sujeito. • Acabar ou minimizar a existência da cultura racista e discriminatória internalizada no convívio escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Literatura e construção das identidades nacionais. • A estética da escrita negra. • Literatura e ideologias. • A música afro-brasileira. • Literatura negra e expressões da oralidade: religiosidade, rap, música negra, teatro. • Preconceito, discriminação, racismo e segregação. • Movimentos Sociais e Relações Étnico-raciais. • Impactos da globalização sobre as culturas.
SUGESTÕES PEDAGÓGICAS		
<ul style="list-style-type: none"> • Promover trabalho de pesquisa histórica sobre festas e danças regionais, sobretudo aquelas ligadas à cultura negra e socializar com a comunidade; • Pesquisar sobre a capoeira e o Tambor de Crioula e outras manifestações culturais peculiar à Comunidade é mister para desencadear estudo e construir conhecimentos sobre a cultura negra; • Desenvolver trabalhos sobre mitos africanos, montando representações teatrais e peças com fantoches criados pelos(as) alunos(as); • Pesquisas sobre o vocabulário africano utilizado na Comunidade Quilombola, com elaboração de dicionários e textos utilizando o vocabulário; 		

- Fazer levantamentos e ouvir, interpretar e debater acerca de músicas que tratem de maneira positiva a pessoa negra, seja criança, adolescente, jovem ou adulta, seja feminina ou masculina;
- Considerar diferentes instrumentos de avaliação no desenvolvimento do componente: escrita, oralidade, auto avaliação, capacidade de argumentação, pesquisas, entre outros;
- Os professores do Componente podem ser os mesmos durante o ano letivo;
- O componente será devidamente registrado no SIAEP, avaliado por meio de notas com valores de 0 a 10 e o acompanhamento da frequência deverá ser observado, onde o estudante deve ter pelo menos 75% de frequência;
- Quanto aos horários dos Componentes Curriculares, eles devem ser obrigatoriamente em horários conjugados.

3.2 CORRESPONSABILIDADE SOCIAL, MOVIMENTO NEGRO E QUILOMBOLA NO BRASIL

O mapeamento do Componente Curricular deverá ser feito, preferencialmente, por professores das áreas de conhecimento de Humanas ou de Linguagens, respeitando as disponibilidades de profissionais da instituição de ensino. A elaboração das habilidades deverão estar em consonância com o objeto de conhecimento, devidamente articulados com o procedimento metodológico e avaliativo.

SÉRIE	OBJETIVOS	CONTEÚDO
1ª	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância e a evolução das Políticas de Ações Afirmativas. • Refletir sobre os programas nacionais de valorização da população negra. • Discutir a presença da diferença e da diversidade contextualizando-as. 	<ul style="list-style-type: none"> • Raça • Etnia • Racismo • Escravização • Identidades • Movimentos negros • Preconceito racial • Democracia racial • Discriminação racial • Políticas de ações afirmativas
2ª	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as diferentes relações de trabalho que os sujeitos da agricultura familiar desenvolvem. • Estabelecer uma arquitetura institucional capaz de enfrentar as múltiplas dimensões de desigualdade para a população quilombola. • Valorizar a formação do homem do campo e das atividades campestres que incluam toda a família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Quilombos e outras comunidades tradicionais • Comunidades de terreiro • Educação e cidadania • Trabalho e geração de renda em áreas quilombolas • Saúde e qualidade de vida para a população negra.
3ª	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisar formas de se praticar a agricultura baseada na filosofia ambiental, traçando modelos de produção baseados em agroecossistemas. • Aprofundar o conhecimento sobre o meio ambiente e seus problemas atuais a partir do diálogo entre os saberes populares e escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> • A realidade socioeconômica das comunidades quilombolas • Agroecossistemas • Sustentabilidade • Agricultura familiar • Agricultura tradicional • Agricultura como ferramenta de segurança alimentar

	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o desenvolvimento e territorialização da agricultura familiar. • Valorizar os saberes dos agricultores e agricultoras familiares. 	
SUGESTÕES PEDAGÓGICAS		
<ul style="list-style-type: none"> • Dar voz aos grupos culturais e representativos dos/das estudantes e da comunidade por meio de assembleias periódicas. • Possibilitar a criação de uma “rádio” pelos estudantes, como também um jornal (periódico e/ou mural) onde esta discussão esteja presente; • Desenvolver pesquisas sobre Território e territorialidade; Reforma Agrária e a importância da titulação da Comunidade Quilombola para a qualidade de vida dos moradores; • Considerar diferentes instrumentos de avaliação no desenvolvimento do componente: escrita, oralidade, auto avaliação; capacidade de argumentação; pesquisas entre outros; • Promover atividades que suscite o conhecimento sobre os Heróis e Heroínas negros e negras com vistas a desenvolver a autoestima e o autoconceito dos estudantes negros(as); • Os professores do Componente podem ser os mesmos durante o ano letivo; • O componente será devidamente registrado no SIAEP, avaliado por meio de notas com valores de 0 a 10 e o acompanhamento da frequência deverá ser observado, onde o estudante deve ter pelo menos 75% de frequência; • Quanto aos horários do Componente Curricular, eles devem ser obrigatoriamente em horários conjugados. 		

3.3 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No Brasil, diferentes atores sociais têm pleiteado e assumido em seus discursos e em suas pautas políticas uma educação ancorada no reconhecimento do direito às diferenças socioculturais. Neste sentido, a história dos quilombos no país tem sido construída por meio de várias e distintas estratégias de luta contra o racismo, pelo território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas, que reconheçam, reparem e garantam o direito dos quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação - esses movimentos denunciam a situação de desigualdade e preconceitos vividos pelos quilombolas, o qual está intrinsecamente ligado ao racismo².

Por conseguinte, o contexto das lutas dos quilombolas por uma educação diferenciada não se encontra à parte da luta pelo território, é o contrário, para as populações tradicionais, falar de território é falar de educação.

A educação quilombola compreende que a educação formal/ escolar deveria se fundamentar num processo de construção coletiva, um projeto que seja pensado pelos próprios sujeitos, ainda que em parceria com a escola. É a educação pensada de/desde baixo, pelos sujeitos e não apenas para os sujeitos. Trata-se de uma tomada de posição política que reflete o esforço dos grupos excluídos para visualizar, construir e aplicar um projeto onde as aspirações e os critérios culturais próprios são o próprio fundamento (WALSH, 2010).

² Referenciais Curriculares para a Educação Escolar Quilombola do Estado do Maranhão. Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. 2017. São Luís. Maranhão.

Considerando essa premissa, é adequado afirmar que os elementos que carregam a Educação Escolar Quilombola em consonância com a Lei 10.639/03, presente nos territórios, preceituam reconhecer a diversidade como uma marca da constituição do povo brasileiro, entendendo o conhecimento como algo que não é um fim em si mesmo, mas um dos instrumentos de humanização de homens e mulheres.

Neste sentido, a EJA anuncia possibilidades de transformação da escola e da vida, considerando seus contextos e perspectivas, assim, corrobora para às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país.

Esse raciocínio apresentado aponta caminhos propícios ao diálogo entre as questões educacionais vivenciadas pela Educação Quilombola e pela EJA, bem como evidencia os desafios que se apresentam para que, de fato, essas experiências de educação sejam sustentadas e efetivadas se colocando contra a ordem existente e estabelecida de uma educação conservadora, racista, elitista e excludente que perpetua a lógica de relações desiguais.

Diante desse pressuposto, faz-se necessário a contribuição dos educadores que já atuam na modalidade da educação escolar quilombola para a criação de novas propostas pedagógicas para a educação nos quilombos, construindo mecanismos de aprendizagens para os estudantes da EJA, no sentido de que sejam reconhecidas as especificidades das duas Modalidades e, conseqüentemente, promovam processos educativos que se preocupem com a exclusão, negação e subalternização dos grupos e sujeitos racializados, vislumbrando sobretudo, políticas e ações de combate ao racismo na educação, superação do fracasso escolar e enfrentamento distorção idade-série. (WALSH, 2010, p. 89).

Para a abordagem da parte diversificada do currículo, devem ser utilizadas as mesmas sugestões de conteúdo e abordagem para cada uma das disciplinas, realizando apenas a adequação do plano de acordo com os estudantes, a comunidade e a carga horária anual.

3.4 SUGESTÕES DE VÍDEOS

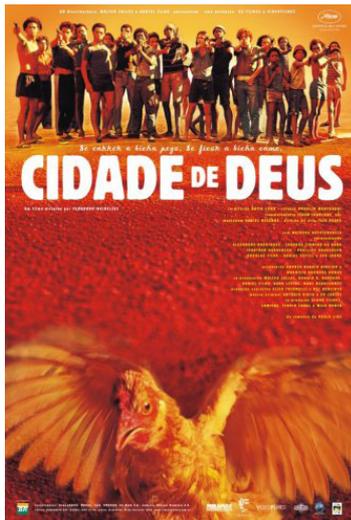
BESOURO



2009. 95 min. João Daniel Tikhomiroff.

A escravidão foi abolida. Mas o preconceito fez com que os negros fossem tratados como escravos para ganhar um pouco de dinheiro para sobreviver. A capoeira é reprimida e o Candomblé é proibido. Besouro é um capoeirista abençoado pelas entidades africanas que luta contra as injustiças cometidas pelos poderosos da região.

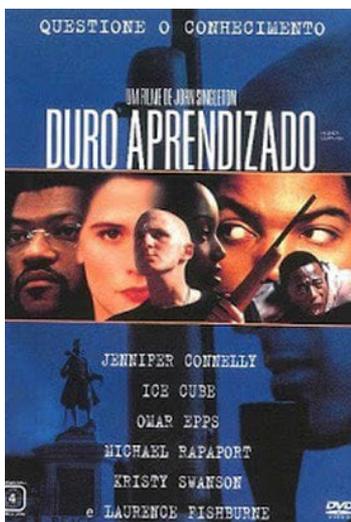
CIDADE DE DEUS



2002. 130 min. Fernando Meirelles

Buscapé é um jovem pobre, negro e muito sensível, vive na favela carioca Cidade de Deus e cresce em um universo de muita violência.

DURO APRENDIZADO



1994. 128 min. John Singleton

Alunos novatos em rota de colisão com a diversidade, identidade e sexualidade numa escola contemporânea.

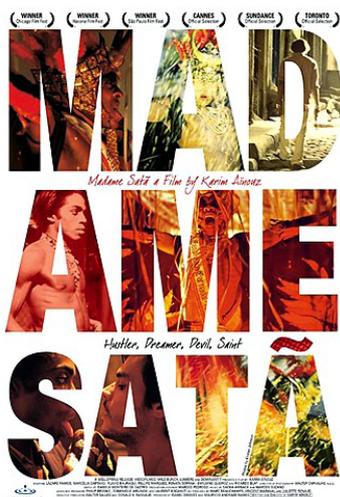
FEBRE DA SELVA



1991. 132 min. Spike Lee

Arquiteto negro inicia romance com mulher branca, de família italiana. O filme aborda de maneira crítica os conflitos deste relacionamento inter-racial.

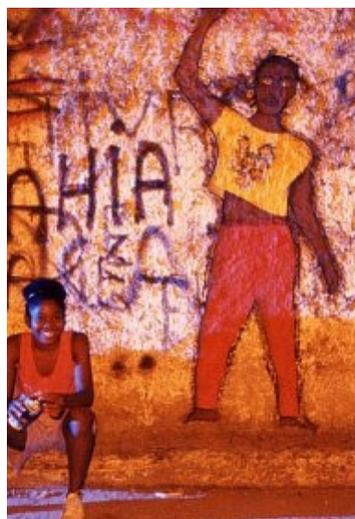
MADAME SATÃ



Madame Satã. 2002. 105 min. Karim Aïnouz

Lapa, anos 30: o cotidiano de João Francisco - malandro, artista, presidiário, pai adotivo, preto, pobre, homossexual - antes de se transformar no mito Madame Satã, lendário personagem da boemia carioca.

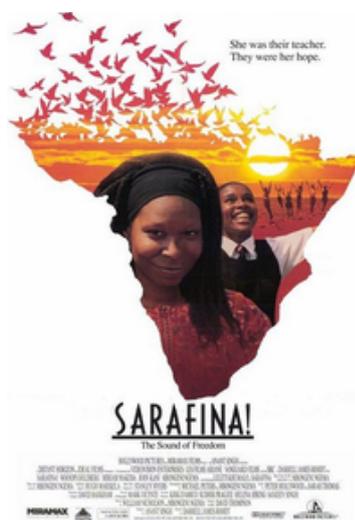
QUANDO O CRIOULO DANÇA



35 min. Dilma Loes

Entrevistas e ficção mostram situações vividas pelo negro no cotidiano.

SARAFINA, O SOM DA LIBERDADE



1992. 98 min. Darrell James Roodt.

Na África do Sul, professora ensina seus alunos negros a lutarem por seus direitos. Para uma aluna em especial, essas lições serão um rito de iniciação na vida adulta na forma de tomada de consciência da realidade que a cerca.

UMA ONDA NO AR



2002. 92 min. Helvécio Ratton.

Conta a história de Jorge, o idealizador de uma rádio na favela, e a luta, resistência cultural e política contra o racismo e a exclusão social em que a população encontra um importante arma: a comunicação.

VISTA MINHA PELE



Documentário: Vista minha pele
 Gênero: Ficção Educativa
 Duração: 24 min
 País: Brasil
 Lançamento: 2003

2003. 15 min. Joel Zito Araújo

Inversão de papéis entre crianças negras e brancas para abordar os impactos da discriminação racial.

4. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A escola nas comunidades indígenas, constitui-se politicamente como um espaço intercultural de integração entre os povos e a sociedade envolvente. Para tanto, a escola precisa estar voltada para a realidade dessas comunidades num diálogo constante, para que os povos indígenas há séculos invisibilizados possam elaborar e expor seu projeto de escola em busca de construção de políticas públicas a serem visibilizadas por toda sociedade brasileira. A escola indígena deverá ser organizada orientada pelos seguintes documentos: Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação básica, aprovadas pela Câmara Educação básica (CEB) de do Conselho Nacional de Educação-CNE, em 2012, afirmam como elementos básicos para a organização, a estrutura e funcionamento da escola indígena:

- I - a centralidade do território para o bem viver dos povos indígenas e para seus processos formativos e, portanto, a localização das escolas em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;
- II - a importância das línguas indígenas e dos registros linguísticos específicos do português para o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;
- III - a organização escolar própria, nos termos detalhados nesta Resolução;
- IV - a exclusividade do atendimento a comunidades indígenas por parte de professores indígenas oriundos da respectiva comunidade.

Nesse sentido, considerando os documentos básicos e orientativos da escola indígena é mister valorizar profundamente a noção de território. Sociologicamente a noção de território é diretamente vinculada à construção e manutenção da Identidade Cultural ligada ao processo histórico da formação de gerações inteiras sendo, portanto, o conceito de centralidade territorial bem como a manutenção destas escolas dentro deste próprio espaço um marco fundamental para a afirmação da autenticidade desta etnia.

Outro aspecto relevante a considerar é a valoração de todo processo que se refira ao uso de signos e significados destas comunidades para concretizar o processo comunicativo. Dentro deste contexto a língua tanto materna quanto a vernácula deve se tornar em elementos primordiais no processo educativo destes povos. Preservar a língua mãe é também garantir soberania destes povos, mas também garantir o acesso a língua oficial do país é símbolo de inclusão e empoderamento social destes povos no território.

A matriz de formação é específica para as escolas indígenas e tem como principal objetivo a transformação da escola nas comunidades indígenas, historicamente destinadas à integração dos indígenas na sociedade nacional, em um ambiente que proporcione a autonomia e o fortalecimento das identidades étnicas.

A matriz curricular das escolas indígenas deve concorrer para assegurar aos estudantes indígenas o desenvolvimento das competências gerais no decorrer da educação básica, como define a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e a Parte Diversificada dos Currículos das escolas indígenas. Nela são contemplados os aspectos diversificados, visando a manutenção e o fortalecimento dos saberes de cada povo, das memórias históricas, das línguas, das crenças que deverão articular em ações pedagógicas de ensino e pesquisa dos etnoconhecimentos.

Tomando por base a Matriz Curricular, temos Formação Geral Básica constituída de 1800h e contempla as 04(quatro) Áreas de Conhecimento: Linguagem; Matemática; Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Estas áreas estão interseccionadas a Parte Diversificada que compreende a Flexibilização Curricular, a qual para além de atender os componentes comuns às demais Matrizes também contempla componentes peculiares a esta Modalidade de ensino, quais sejam:

- Arte e Cultura Indígena;
- Corresponsabilidade Social e Direito Indígena.

Estes componentes farão imersão à realidade dos povos indígenas com vistas a assegurar o direito de que seu Currículo contemple a sua História e Cultura conforme preceitua a Lei 11.645/2008, com organizações curriculares que contemplem as suas crenças, memória histórica, saberes ligados à identidade étnica, às suas organizações sociais do

trabalho, às relações humanas e às manifestações artísticas possibilitando ao estudante utilizar os saberes escolares e agregar aos saberes tradicionais de suas etnias para que possa construir uma formação sólida de pertencimento e de valorização dos conhecimentos que emergem de suas lutas.

	ARTE E CULTURA INDÍGENA	CORRESPONSABILIDADE SOCIAL E DIREITO INDÍGENA
Oferta	Anual	Anual
Horário	-	Horários conjugados
Avaliação	Avaliação com instrumento	Avaliação com instrumento
Registro no SIAEP	Registrar nota , conteúdos e frequência regularmente	Registrar nota , conteúdos e frequência regularmente
Matriz curricular: Habilidades/Competências/Conteúdos	Caderno de Modalidades e Diversidades Educacionais (SEDUC)	Caderno de Modalidades e Diversidades Educacionais (SEDUC)
Planejamento	Planejamento coletivo	Planejamento coletivo
Instrumento de Planejamento	Plano de Atividade Docente	Plano de Atividade Docente
Mapeamento	01 professor	01 professor

4.1 ARTE E CULTURA INDÍGENA

Este componente deverá ser desenvolvido preferencialmente por uma professor da área de Ciências Humanas com formação em Arte e experiência em Arte e Educação Escolar Indígena. O componente deverá entrar no quadro de avaliações escolares. A elaboração das habilidades deverão estar em consonância com o objeto de conhecimento, devidamente articulados com o procedimento metodológico e avaliativo.

SÉRIE	OBJETIVOS	CONTEÚDO
1ª	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer produtos e processos criativos por meio de fruição, vivências e reflexão crítica sobre obras ou eventos de diferentes práticas artísticas, culturais e corporais. Compreender a arte como saber cultural e estético gerador de significação e integrador da organização do mundo e da própria identidade étnica e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> Língua materna e conhecimento de outras línguas indígenas. Práticas tradicionais indígenas e os costumes que englobam a pintura corporal, adereços, vestimentas, cores e construções. Potencial criativo e imaginativo dos povos indígenas.

	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir criticamente sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e cultural, em âmbito local, regional, nacional e global. • Identificar questões socioculturais e ambientais passíveis de mediação e intervenção por meio de práticas de linguagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Línguas territoriais. • Identidade indígena. • Identidade étnica. • Lendas. • A cerâmica (Marajoara, Tapajônica e kadiwéu) • Arte, expressão e conhecimento.
2ª	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente. • Explorar a imaginação e a criação de novas ideias que podem trazer benefícios para a comunidade relacionando os conhecimentos técnicos, científicos e as diversas formas de expressão da cultura indígena e demais culturas existentes em nossa sociedade. • Reconhecer o valor da diversidade artística e cultural das inter-relações de elementos que se apresentam nas manifestações de vários grupos sociais e étnicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos e corporeidades. • Jogos, rituais e musicalidades. • Manifestações culturais da comunidade. • Valorização das línguas e da oralidade. • Intercâmbios com outros povos e comunidades. • Análise e reflexão crítica sobre fatos históricos, sociais, econômicos, filosóficos, políticos da cultura indígena e não-indígena. • Artefatos e adornos. • Máscaras. • A tradição das máscaras na cultura indígena. • Arte, patrimônio e identidade. • A diferença entre amuletos e talismãs para os povos indígenas. • Músicas e a cultura indígena.
3ª	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as diversas produções artísticas como meio de explicar diferentes culturas, padrões de beleza e preconceitos. • Perceber a função social da arte indígena. • Valorizar técnicas e as funções estéticas e utilitárias da arte indígena brasileira. • Identificar aspectos que singularizam a arte de sua cultura frente a outras culturas, indígenas ou não. 	<ul style="list-style-type: none"> • Arte e pluralidade cultural. • Museus etnográficos • Arte brasileira feita por indígenas. • Contribuições das culturas indígenas na formação da identidade brasileira. • Afinidades técnicas e filosóficas entre as artes indígenas e as artes contemporâneas. • Método da Cobra. • Mitos indígenas.

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

- As atividades deverão ser estruturadas por meio de sequências didáticas;
- Apresentar aos estudantes o conteúdo do Plano que será desenvolvido ao longo do ano;
- Promoção de atividades que problematize e resgate a cultura indígena, possibilitando a identificação de hábitos e costumes da cultura indígena das diversas etnias com objetivo de verificar a aproximação que cada estudante apresenta em relação ao tema abordado;
- Utilizar estratégias que registre as informações dos estudantes; proporcionar aos estudantes oportunidades de conhecer a herança cultural deixada pelos indígenas e documentadas por meio de livros, documentos, legislações;

- Fazer interlocução das heranças culturais deixadas com os saberes tradicionais dos estudantes;
- Desenvolver práticas pedagógicas de ensino de Arte utilizando a técnica do grafismo, da pintura em diferentes artefatos, da cerâmica e da escultura, com o objetivo de desenvolver o senso crítico e estético-cultural dos(as) estudantes;
- Despertar a criatividade nos estudantes, através da pintura em cerâmica, realizando pinturas baseadas nos traços artísticos indígenas; proporcionar aos estudantes a compreensão na experimentação com a confecção de máscaras e pinturas.
- Observar RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012, e os Referenciais Curriculares Nacional da Educação (https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf).

4.2 CORRESPONSABILIDADE SOCIAL E DIREITO INDÍGENA

Deverá ser ministrado preferencialmente por um professor com formação em Licenciatura intercultural ou da área de Humanas, de preferência pertencente à comunidade. O componente deverá ser desenvolvido na perspectiva fortalecer direito ao desenvolvimento de suas concepções filosóficas e religiosas de forma autônoma. A elaboração das habilidades deverão estar em consonância com o objeto de conhecimento, devidamente articulados com o procedimento metodológico e avaliativo.

SÉRIE	OBJETIVOS	CONTEÚDO
1ª	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperar e valorizar memórias históricas com a reafirmação de identidades étnicas. • Contribuir para a valorização das línguas indígena. • Ampliar a reflexão sobre as diversas formas de linguagens. • Oportunizar a consolidação dos saberes tradicionais e associá-los ao conhecimento científico. • Compreender seus direitos, bem como seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro; • Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais; • Oportunizar aos alunos o conhecimento da documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional e estadual; 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de direito; • Direitos indígenas na Constituição Federal; • Da organização do Estado; • Da organização dos poderes; • Da ordem econômica e financeira; • Da ordem social; • Novas perspectivas; • Obras e autores da literatura indígena e indigenista. • Literatura brasileira, africana, latino-americana e de outros países e povos. • Aspectos culturais e a relação do passado com o presente. • Processo histórico e social da comunidade e tradição indígena. • Valorização das várias fontes orais: sábios, anciões, caciques, lideranças e demais membros da comunidade.
2ª	<ul style="list-style-type: none"> • Sondar com os mais velhos, membros da comunidade e experienciar o conceito de responsabilidade socioambiental. • Conhecer formas de subsistência e cultivo, diretamente ligados à cultura e tradição indígena, tendo a terra como fonte de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> • Resgate histórico de como era a comunidade, o território e o que foi modificado pelos fenômenos naturais através de observações, análises e registros. • Relação da comunidade com a natureza.

	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar memória e saberes indígenas relacionados à economia, política, cultura de sociedades indígenas e não indígenas. • Compreender o território em que está inserido propondo soluções e intermediações na natureza. • Conscientizá-los de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro; • Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais; • Oportunizar aos alunos o conhecimento da documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional e estadual; 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos tradicionais utilizados pelos mais velhos e que são utilizados atualmente. • Escravização e massacres; • Remoção e confinamento; • Violência e exploração sexual das mulheres indígenas; • Luta contra o etnocídio; • Luta contra o genocídio brasileiro; • Um povo de coragem lutando para ser livre; • Direito à saúde
<p>3ª</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cultivar relações de reciprocidade, respeito e valorização de todas as formas de vida, preservando a biodiversidade. • Encontrar alternativas e construir relações solidárias favorecendo as desigualdades sociais através do consumo consciente dos recursos naturais. • Promover sustentabilidade com responsabilidade socioambiental nas Comunidades Indígenas através dos saberes tradicionais e científicos, fortalecendo o sentimento de identidade étnica. • Possibilitar autonomia para que possam viver com boas condições de saúde, educação, trabalho e incentivar a produção de alimentos. • Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações; • Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte; • Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Questões socioculturais, ambientais de interesse da comunidade indígena que podem ter intervenção por meio de boas práticas. • Fenômenos físicos, químicos e biológicos de acordo com as questões ambientais e próprios de cada cultura e comunidade. • Práticas tradicionais da cultura e conhecimento científico. • Novas profissões e as necessidades da comunidade. • Agroecologia. • Sustentabilidade na comunidade indígena. • Movimentos indígenas; • Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional; • Repressão cultural e religiosa; • O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar; • Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia; • Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência; • Direito a terra e a dignidade.

SUGESTÕES PEDAGÓGICAS

- Estudos que contribuam para consciência dos seus direitos ao território e aos recursos naturais que ele abriga;
- Direito a decidir sobre sua história, sua identidade, suas instituições políticas e sociais, o e o direito ao desenvolvimento de suas concepções filosóficas e religiosas de forma autônoma;
- Direito à escola de qualidade em suas Comunidades;
- Refletir acerca da participação das populações indígenas na realidade atual brasileira;
- Corresponsabilizar-se pela preservação da memória e cultura dos povos tradicionais;
- Assegurar às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem;
- Incluir no Currículo as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras;
- Cumprir as determinações da Lei 11645/2008 que obriga a inclusão da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e indígena na escola;
- Utilizar como fonte de orientação para desenvolvimento do Componente Curricular: Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas; Resolução nº 5 de 22 de junho de 2012 que define as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica

4.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

O Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Educação, desenvolve políticas públicas voltadas para atender à demanda da EJA a estudantes indígenas jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação escolarizada na idade certa. Para a EJA ofertada nas escolas indígenas, embora tenha os mesmos componentes curriculares do Ensino Fundamental e Médio, são adotadas algumas outras abordagens diferenciadas. Segundo o Art. 12 da Resolução Nº 005/2012:

A Educação de Jovens e Adultos caracteriza-se como uma proposta pedagógica flexível, com finalidades e funções específicas e tempo de duração definido, levando em consideração os conhecimentos das experiências de vida dos jovens e adultos, ligadas às vivências cotidianas individuais e coletivas, bem como ao trabalho (BRASIL, 2012).

É importante ressaltar que os estudantes dessa modalidade não tiveram acesso à educação escolarizada na idade adequada, fato esse que, muitas vezes, os levam a outros interesses, que se diferenciam dos interesses dos estudantes que estão dentro da faixa etária no Ensino Fundamental e Ensino Médio, o que faz nascer outros objetivos para sua escolarização. De acordo com o Art. 12 § 1º da Resolução Nº 005/2012:

Na Educação Escolar Indígena, a Educação de Jovens e Adultos deve atender às realidades socioculturais e interesses das comunidades indígenas, vinculando-se aos seus projetos de presente e futuro, sendo necessária a contextualização da sua proposta pedagógica de acordo com as questões socioculturais da comunidade (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a educação escolar deve ter sua proposta pedagógica organizada em acordo com realidade dos estudantes e suas comunidades, de modo a atender suas necessidades, vinculando-as, aos seus projetos de presente e de futuro, a busca de novas

ou outras oportunidades de aprendizagem.

Os jovens, adultos e idosos indígenas, público alvo da EJA na Educação Escolar Indígena, trazem consigo saberes e experiências que devem ser consideradas na proposta de educação escolarizada, sendo que esta deve estar focada também nos princípios da especificidade e da diferenciação, na tentativa de alcançar os objetivos que levam jovens, adultos e idosos à procura de escolarização.

Segundo o Art. 12§ 3º da Resolução Nº 005/2012:

Na Educação Escolar Indígena, as propostas educativas de Educação de Jovens e Adultos, numa perspectiva de formação ampla, devem favorecer o desenvolvimento de uma educação profissional que possibilite aos jovens e adultos indígenas atuarem nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades com vistas à construção do protagonismo indígena e da sustentabilidade de seus territórios (BRASIL, 2012).

Nessa perspectiva, a proposta educativa da EJA nas escolas indígenas deve ser direcionada, em especial, no âmbito do Ensino Médio, para uma educação com viés profissionalizante. Para tanto, os conteúdos estruturantes dos componentes curriculares devem ser trabalhados para que seja evidenciada, no fazer pedagógico da sala de aula, uma atenção para mais atividades práticas no processo de aprendizagem, proporcionando ao estudante melhores condições para lidar com situações concretas do cotidiano, com foco na formação profissional e na construção do protagonismo indígena e na sustentabilidade de seus territórios.

Atualmente, existem 26 escolas indígenas que ofertam o Ensino Fundamental na modalidade de EJA e 6 escolas indígenas que ofertam o Ensino Médio nessa modalidade, atendendo a 846 (oitocentos e quarenta e seis) estudantes desejosos a prosseguir com os estudos que, por alguma razão, foi interrompido em um dado momento de suas vidas.

Para a abordagem da parte diversificada do currículo, devem ser utilizadas as mesmas sugestões de conteúdo e abordagem para cada uma das disciplinas, realizando apenas a adequação do plano de acordo com os estudantes, a comunidade e a carga horária anual.

4.4 SUGESTÕES DE VÍDEOS

CAMINHO DOS GIGANTES



Uma busca poética pela razão e o propósito da vida. Em uma floresta de árvores gigantes, Oquirá, uma menina indígena de seis anos, vai desafiar seu destino e entender o ciclo da vida. O filme explora as forças da natureza e a nossa conexão com a terra e seus elementos.

Disponível em: <http://ecofalante.org.br/filme/caminho-dos-gigantes/> Acesso em 19/03/2022

GESTOS DO CHÃO



Gestos do Chão discute a relação do elemento terra com o corpo e a imaginação da criança. A partir de depoimentos de um permaculturista, um arquiteto e um coreógrafo, o filme aborda como a paisagem, a matéria e o gesto do brincar fundamentam na criança noções matriciais de pertencimento e identidade.

Disponível em: <https://www.videocamp.com/pt/movies/gestos-do-chao/> acesso em: 20/03/2020

PARA ONDE FORAM AS ANDORINHAS?



O clima está mudando, o calor está aumentando. Os indígenas do Xingu observam os sinais que estão por toda parte. Árvores não florescem mais, o fogo se alastra queimando a floresta, cigarras não cantam mais anunciando a chuva porque o calor cozinhou seus ovos. Os frutos da roça estão se estragando antes de crescer. Ao olhar os efeitos devastadores dessas mudanças, eles se perguntam como será o futuro de seus netos.

Disponível em: <https://www.videocamp.com/pt/movies/para-onde-foram-as-andorinhas/> acesso em: 20/01/2022

**DANIEL MUNDURUKU
CULTURAS INDÍGENAS**

<https://www.youtube.com/watch?v=8D4RF2CqR68>

**DE ONDE VIERAM OS POVOS
INDÍGENAS?**

<https://www.youtube.com/watch?v=KwAxLtqnkmg>

**AILTON KRENAC CULTURAS
INDÍGENAS**

<https://www.youtube.com/watch?v=LEw7n-v6gZA>

**ENSAIOS SOBRE EDUCAÇÃO
GERSEM LUCIANO BANIWA**

<https://www.youtube.com/watch?v=oo1HrHKf4Vc>
<https://www.youtube.com/watch?v=yu8RZeUttDE>

**O ÍDIGENA NÃO ESTÁ SOMENTE NA
CIDADE-SÔNIA GUAJAJARA**

<https://www.youtube.com/watch?v=amyJDPiFfwk>

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica que se propõe atender a um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pela falta de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino, ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

Para que se considere a EJA como uma modalidade educativa inscrita no campo do direito, faz-se necessário superar uma concepção compensatória, cujos principais fundamentos são a de recuperação de um tempo de escolaridade perdido no passado e, também, a ideia de que o tempo apropriado para o aprendizado é a infância e a adolescência.

Para isso, as políticas educacionais planejadas para a EJA precisam considerar as especificidades desse público, suas características etária, seus aspectos socioculturais e suas expectativas em relação a escola, a comunidade que a circunda e o mundo, além da necessidade de rever ideias e concepções já estabelecidas, para então reorganizar, em novas bases, todo o saber acumulado, a fim de potencializar a aprendizagem de forma significativa refletindo e discutindo as questões do tempo atual da sociedade.

Quanto a implementação do da reformulação do Ensino Médio da EJA, o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA), Ensino Médio, Volume 2, integra a EJA à Educação Básica, nos termos da Lei nº 13.415/2017, subsidiando a organização do currículo desta modalidade de forma flexível, atenta às especificidades sociais, culturais, políticas, pedagógicas e psicológicas desse público, refletidas nas concepções epistemológicas, teóricas, metodológicas e necessárias ao desenvolvimento da educação da população adulta para a participação na vida política do país.

É relevante, também, analisar o papel dos sujeitos da EJA, suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-os a novas buscas e conquistas, em favor da educação ao longo da vida, conforme preconizado em seus objetivos.

Para Freire (1967), a EJA é fruto da conscientização, ou seja, do aperfeiçoamento da construção do conhecimento por meio da aprendizagem significativa e da adoção de estratégias distintas para serem alocadas na realidade educacional.

Entende-se como objetivo da EJA a promoção da inclusão social, por meio da educação de jovens e adultos, das zonas urbana e rural, quer sejam pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medidas cautelares e socioeducativas, fora da faixa etária da escolaridade regular, que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do estudante como cidadão considerando as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que em sua função define as aprendizagens essenciais em cada fase da educação básica, coadunando com o Art. 37 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) onde afirma que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (LDBEN).

Ainda relacionado aos objetivos da EJA destaca-se a oferta de oportunidades de escolarização que aliem a educação básica em nível médio à educação profissional, com desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do estudante, aos jovens, adultos, quer sejam pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medidas cautelares e socioeducativas, fora da faixa etária da escolaridade regular, que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, como cidadão e profissional de qualidade.

Nessa direção, tem-se como principais estratégias pedagógicas para educar adultos: liberdade no processo educacional; método ativo, dialógico, crítico e criticizador; modificação do conteúdo programático da educação e uso de técnicas como a da redução e da codificação (FREIRE, 1967).

5.1 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL NA EJA

Os currículos dos cursos da EJA, independente de segmento e forma de oferta, deverão garantir os direitos essenciais e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades nos termos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da BNCC, tendo como ênfase o desenvolvimento dos componentes essenciais para o ensino da leitura e da escrita, assim como das competências gerais e as competências/habilidades relacionadas à cada área de conhecimento. (BRASIL, 2021).

Com o redimensionamento da proposta curricular da Rede Estadual de Ensino do Maranhão para Jovens e Adultos, pretende-se organizar o tempo escolar a partir da particularidade do público que está sendo atendido, de modo a orientar a organização das aulas diárias e o total de dias previstos semanalmente, preservando as características da oferta, considerando suas funções e que possibilitem aos estudantes maranhenses o percurso de trajetórias de aprendizagem não-padronizadas. Dessa forma, Kuenzer destaca que:

O papel fundamental da construção curricular para a formação dos educandos desta modalidade de ensino é fornecer subsídios para que se afirmem como sujeitos ativos, críticos, criativos e democráticos. Tendo em vista esta função, a educação deve voltar-se a uma formação na qual os educandos possam: aprender permanentemente; refletir de modo crítico; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir do uso metodologicamente adequado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio históricos. (KUENZER (2000, p.40)

Sendo assim, é necessário que respeitem os processos de apropriação de saberes dos estudantes da EJA e que favoreçam a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares, conforme previsto na Base Nacional Curricular Comum - BNCC e na Lei nº 13.415/2017.

No Ensino Fundamental, a Proposta Curricular incorpora a experiência histórica de organizar os conteúdos escolares em áreas de conhecimento que se relacionam com outros campos disciplinares, mas admite também um tratamento pedagógico globalizado e interdisciplinar. Na 1ª e 2ª etapas, a Proposta Curricular propõe a organização do conhecimento escolar em áreas mais abrangentes e interdisciplinares, construindo um diálogo mais intenso com outros campos disciplinares. Na 3ª e 4ª etapas, a área de conhecimento especializa-se em campos disciplinares, facilitando identificar os objetos de conhecimento, conceitos básicos, linguagem e metodologia específica, formas específicas de coletar, interpretar informações e de usar instrumentos.

Assim, a Proposta Curricular da EJA deve configurar-se de maneira a respeitar a realidade do território Maranhense, levando em conta as suas características e que possa dialogar com a transversalidade das temáticas e garantir que cada comunidade, seja ela campesina, quilombola, indígena ou da cidade, possa ter acesso a uma educação que vá de encontro com suas necessidades e interesses.

5.2 O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Frente a nova estrutura do Ensino Médio, diversificação e flexibilização curricular assume o papel de referência para a definição das aprendizagens prioritárias e do redimensionamento do planejamento pedagógico, possibilitando maior dinamismo e coesão nas trajetórias que o estudante irá percorrer ao longo do curso conforme as demandas atuais e complexidades da sociedade, dialogando com os itinerários oferecidos e propondo uma seleção de unidades curriculares e seus respectivos objetivos colocando-os como marcos das aprendizagens essenciais previstas na Base Nacional Curricular Comum.

Os Itinerários Formativos, ao possibilitarem que os(as) estudantes façam as suas escolhas, construam suas trajetórias, favorecem o protagonismo juvenil. Nesse sentido, deverão:

- Fundamentar-se na concepção de Educação Integral disponível na BNCC;
- Fomentar o diálogo com as competências gerais e específicas das Áreas de Conhecimento e e/ou da Formação Técnica e Profissional;
- Alinhar-se ao contexto local das escolas de Educação em Prisões, Educação com medidas socioeducativas, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo e Educação Especial.
- Contemplar à diversidade de interesses e de experiências dos(as) estudantes, em especial àqueles que não tiveram acesso ao ensino na idade própria.
- Fazer conexão com as demandas do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea, sempre relacionados com a diversidade laboral desenvolvida pelos estudantes da EJA;
- Atender as orientações e perspectivas inter e transdisciplinar do Documento Curricular do Território Maranhense vol. II.

Além do aprofundamento dos Componentes inerentes à BNCC, são contemplados aos itinerários formativos/parte diversificada outros diferentes componentes curriculares, a exemplo, o Projeto de Vida, apresentado na Matriz Curricular, que atenderá aos estudantes da EJA considerando o contexto e suas experiências de vida, o qual subsidiará as escolhas profissionais de acordo com os campos produtivos propostos no Documento Curricular do Território Maranhense vol. II. (MARANHÃO, 2022)

Conforme orientações do referido Documento, a oferta dos Itinerários Formativos serão realizadas a partir da 2ª série no Ensino Regular. Na EJA, será ofertado na 2ª Etapa. Para uma melhor compreensão dessa mudança nessa fase, serão oferecidos os Pré-Itinerários Formativos - Pré IF, cuja finalidade é fazer uma introdução aos Itinerários, com foco nos conteúdos que serão abordados e nas possibilidades de campos produtivos com suas respectivas especificidades. A intenção é oportunizar aos estudante da EJA a possibilidade de fazer suas escolhas com segurança.

Na etapa EJA de Itinerário Formativo, além dos componentes que atendem à diversidade da oferta, a 2ª parte do currículo (Diversificada) possui uma estrutura comum para todas as modalidades, conforme apresentamos a seguir:

- Projeto de Vida - com enfoque na identidade, habilidades e processo decisório para a escolha do IF.
- Eletivas de Base - para enriquecer, ampliar e/ou diversificar temas da BNCC. São introduzidas por aulas para iniciação científica.
- Pré Itinerários Formativos – para ampliar a compreensão sobre os IF, seus temas e conteúdos específicos de cada área.

	ELETIVA	PRÉ ITINERÁRIOS FORMATIVOS	PROJETO DE VIDA
Oferta	Semestral	Anual	Anual
Horário	Horários fixos e conjugados	Horários podem ser conjugados ou não.	Horários conjugados
Avaliação	Avaliação Qualitativa	Avaliação Qualitativa	Avaliação Qualitativa
Registro no SIAEP	Registrar conteúdos e frequência regularmente	Registrar conteúdos e frequência regularmente	Registrar conteúdos e frequência regularmente
Matriz curricular: Habilidades/Competências/Conteúdos	Caderno de Eletivas de Base (SEDUC / FGV)	Material Estruturado Periódico de Pré-IF (SEDUC)	Caderno de Projeto de Vida (SEDUC/FGV)
Planejamento	Planejamento coletivo	Planejamento coletivo	*
Instrumento de Planejamento	Plano de Eletiva	Plano de Atividade Docente para Pré-IF	Plano de Projeto de Vida
Mapeamento	Até 02 professores. - 2 professores (cada um em um horário) - 1 professor (nos 02 horários)	1 professor	01 professor

PRÉ-ITINERÁRIOS FORMATIVOS

O Componente Curricular Pré-Itinerários Formativos (Pré-IF) tem por objetivo fazer uma introdução aos itinerários formativos a partir da 1ª Etapa da EJA. A importância desse Componente nessa fase justifica-se pela prévia imersão às informações básicas para os estudantes, visto que eles terão que fazer escolha de um itinerário formativo a ser percorrido a partir da 2ª Etapa.

Orientações:

- Pré-IF não possui caráter eletivo;
- Deverá ser mapeado um professor(a) para ministrar o Pré-IF;
- Não será necessário EMENTA para o Pré-IF;
- Os instrumentos de planejamento do professor para desenvolver o Pré-IF serão: o Plano Anual e de Plano de Atividade Docente ³;
- Obrigatoriamente serão utilizado os 04(quatro) Eixos Estruturantes, além dos Temas Contemporâneos Transversais e Práticas de Vivências;
- **Indicações de materiais de apoio** - Indicados para o desenvolvimento do objeto de conhecimento e dos objetivos, também a critério do professor(a).
- **Práticas e Vivências** - Momento que os estudantes aprofundam o entendimento

³ Modelo disponível no drive dos(as) Gestores(as) Escolares

sobre a sua escolha profissional e exercem o protagonismo juvenil.

- **Deve seguir o material estruturado estabelecido para rede, mas com as devidas adaptações a modalidade da EJA, que conta com apenas 1 horário semanal da disciplina.**

Como a EJA inclui outras modalidades (Educação em Prisões, Educação com medidas socioeducativas, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo e Educação Especial), é importante considerar o contexto das profissões, incentivar pesquisas, planejar aulas práticas, realizar rodas de conversas com os estudantes para fazer levantamento dos seus interesses, convidar especialistas nas áreas para aprofundamento dos conteúdos, realizar oficinas, pesquisa de campo entre outros.

A consolidação dessas orientações culminam com a escolha do Itinerário Formativo no final do Quarto Período para já iniciar a 2ª Etapa com essa definição, por parte do estudante. Durante esse período, busca auxiliá-los na escolha dos itinerários formativos que pretendem trilhar e identificar as possibilidades ofertadas pela escola e suas decisões. Ao final desse percurso do Pré-Itinerário, o estudante terá claro a definição de qual profissão escolher para dar continuidade aos estudos.

ELETIVAS DE BASE

As Eletivas propostas no Documento Curricular do Território Maranhense vol. II para todas as Etapas e Modalidades são definidas por Eletivas de Base. Nesse sentido, as Eletivas de Base na EJA são componentes curriculares temáticos que possibilitam ao estudante a escolha de parte do seu próprio currículo. Esse componente consiste no aprofundamento da Base Nacional Comum Curricular-BNCC e pode ser de livre escolha dos estudantes, faz parte do Currículo e tem abordagem interdisciplinar como maneira de assegurar a formação diversificada do Currículo e estimular o protagonismo juvenil.

ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ELETIVAS DE BASE NA EJA

- O mapeamento das Eletivas de Base na EJA deverá ser feito, preferencialmente, por dois professores de diferentes áreas de conhecimento, respeitando a disponibilidades de profissionais da instituição de ensino;
- Na EJA são ofertadas 2(duas) eletivas por semestre, por turma na 1ª Etapa e 1 (uma) eletiva por semestre, por turma, na 2ª Etapa.
- Em caso de uma única Turma na Etapa, a eletiva ofertada deverá ser a mais votada pelos alunos durante o feirão.
- As Eletivas de Base na EJA permitem que estudantes de diferentes turmas e etapas sejam integrados.
- O que define a capacidade máxima de estudantes por eletiva é a mesma capacidade por turma da escola.
- A dinâmica do Feirão das Eletivas da EJA deverá ocorrer no mesmo formato que o Ensino Regular. Caso a escola possua apenas uma turma, devem ser ofertadas no mínimo 2 (duas) propostas de eletiva para que os estudantes tenham a opções de escolha. As duas propostas podem ser oferecidas pelos mesmos professores.
- Os professores das Eletivas podem ser os mesmos durante o ano letivo, mas os estudantes não podem cursar a mesma eletiva.

- Quanto aos horários das Eletivas de Base na EJA esses deverão ser distribuídos em 2 horários seguidos, fixos e semanais.
- A culminância das Eletivas de Base na EJA é facultativa, cabendo a escola a decisão de como fará o encerramento de modo a garantir a partilha dos saberes.
- Não há avaliação por nota nas Eletivas de Base na EJA, mas há o acompanhamento de frequência, onde o estudante deve ter pelo menos 75% de frequência. Vale ressaltar que apesar de não haver uma avaliação por notas, é obrigatório o registro dos conteúdos ministrados e da frequência no SIAEP

PROJETO DE VIDA

Projeto de Vida é o eixo norteador de todas as propostas curriculares a serem desenvolvidas nas escolas. O projeto de vida é uma espécie de “primeiro projeto para uma vida toda”. É uma tarefa para a vida inteira, certamente a mais sofisticada e elaborada narrativa de si, que se inicia nesta escola (ICE, S/N, p. 20). É um dos elementos primordiais na composição do Itinerário Formativo. É também a base para a escolha do Itinerário Formativo e do componente Eletiva de Base.

Nessa proposta, os jovens, adultos e idosos passam a ser os verdadeiros protagonistas de sua história, precisam desenvolver determinadas capacidades e estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais, saberes e culturas distintas como elementos essenciais para a aceitação da alteridade. Uma das primeiras indagações que estes se fazem em busca de seu autoconhecimento são: “quem sou eu?” Como vivo com o outro? Como me relaciono com o ambiente natural e físico, situando-me no mundo globalizado? O que almejo da vida? Como me relaciono com o mundo do trabalho?”

DEFINIÇÕES DE CONTEÚDOS E PROPOSIÇÕES PARA ORGANIZAÇÕES DAS AULAS DE PV PARA A EJA

A oferta do Componente Projeto de Vida na Educação de Jovens e Adultos, conforme já mencionado neste Caderno, terá Carga Horária de 1(uma) hora semanal, portanto, 40(quarenta) horas anual, em cada etapa. Assim, é necessário que o professor, tendo como referência o quadro acima citado:

- Priorize os conteúdos que serão abordados na 1ª e 2ª Etapa;
- Utilize como orientação o Caderno de Orientações Pedagógicas de Projeto de Vida, que contém 40 pautas orientativas para o desenvolvimento das aulas, contextualizando-as de acordo com a sua realidade: Educação em Prisões, Educação com Medidas Socioeducativas, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação do Campo e Educação Especial.

A primeira Etapa de Ensino Médio da EJA constitui-se em um ano de desafios para os estudantes. Na maioria das vezes, são estudantes que estavam afastados da escola ou oriundos de diferentes contextos. Nesse sentido, é mister que as aulas de Projeto de Vida considerem o conhecimento de si, oportunize as rodas de conversas, priorize as narrativas, registre as histórias de vida, trate sobre a sua identidade, oportunize a escuta desse público, isso fará um diferencial significativo para sua acolhida e permanência na etapa subsequente.

Assim, a partir das orientações do Caderno do Professor, apontamos o que deverá ser levado em consideração no momento do planejamento do Componente projeto de Vida.

O Projeto de Vida na EJA ganha contornos para além dos aspectos citados. Considerando o que revelam pesquisas no que se refere a realidade dessa Modalidade, pautada, por vezes, em dificuldades para acesso e permanência às atividades escolares em virtude de dificuldades, como: cansaço ou estresse emocional no trabalho, indisposição, problemas com falta de locomoção, ausência de recursos financeiros para aquisição de materiais escolares, falta de segurança pública, de motivação e tempo para realizarem as tarefas solicitadas pelos(as) professores(as), problemas de ordem familiares e socioemocionais, enfermidades, como: fadiga, impaciência e depressão entre outros. Justifica-se ainda mais a importância desse componente no sentido de contribuir para a busca de propósito de vida tendo como foco a realização do seu Projeto de Vida como forma de empoderamento e protagonismo para combate e superação dos desafios que se impõem no cotidiano. (GOMES, 2010).

Estratégias que poderão ser utilizadas para desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante nessa direção são:

- As escutas ativas de suas narrativas⁴,
- Registrar, elaborar a árvore dos sonhos, tabular essas informações e criar mecanismos de como essas informações subsidiarão o planejamento.
- O professor de PV deve ser articulado com outros professores para dar sentido e robustez às atividades e às proposições do componente Eletivas, assim, mediante essa sequência, o professor terá elementos para organizar as pautas das suas aulas.

Além das unidades curriculares comuns, cada diversidade da EJA possui unidades curriculares específicas.

ENSINO MÉDIO - EJA NAS ESCOLAS REGULARES

	CORRESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPREENDEDORISMO	TUTORIA
Oferta	Anual	Anual
Horário	Horários fixos e conjugados	De preferência evitar final dos turnos
Avaliação	Avaliação Qualitativa	Avaliação Qualitativa
Registro no SIAEP	Registrar conteúdos e frequência regularmente	Registrar conteúdos e frequência regularmente
Matriz curricular: Habilidades/ Competências/ Conteúdos	Detalhamento da Unidade Curricular apresentado no Caderno de Gestão Pedagógica 2023	Caderno de Tutoria (SEDUC/FGV)
Planejamento	Planejamento coletivo	Planejamento coletivo
Instrumento de Planejamento	Plano de Atividade Docente	Plano de Tutoria
Mapeamento	1 professor (nos 02 horários)	Até 2 professores (simultâneos)

⁴ Uma indicação que vale muito assistir é o filme “Narradores de Javé”. Oportunidade para que os estudantes da EJA entrevistem os mais velhos de suas comunidades para conhecer suas histórias de vida.

CORRESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPREENDEDORISMO

O Componente Corresponsabilidade Social e Empreendedorismo, tem por finalidade trabalhar temáticas e concepções sociais, de modo a consolidar nos estudantes uma visão de sociedade mais humana, cidadã, de pertencimento, de corresponsabilidade com a sua existência, com o próximo e consigo, fazendo com que a construção de conhecimento se dê cada vez mais contextualizada e com significados para formação dos jovens, adultos e idosos da EJA, em termos teóricos e em ricas ações de práticas sociais.

Nesse sentido, o referido Componente integra a Matriz Curricular das escolas do Ensino Médio com carga horária: 1h semanal – 40h, nas duas etapas, predefinido no Currículo por meio do Documento Curricular do Território Maranhense. Considerando, que este Componente emerge das questões e relações sociais em sociedade e correlacionados com a vida dos estudantes, não há conteúdos específicos predefinidos, o que justifica não ser ofertado um material didático padrão. As temáticas poderão também ser construídas pelo corpo discente a partir das reflexões do cotidiano.

Para melhor desenvolvimento do Componente, segue algumas sugestões de temáticas para contribuir com o trabalho da equipe docente:

- Relações étnico-culturais do povo brasileiro
- Inclusão social
- Tecnologia da informação e comunicação
- Mídias digitais
- Educação e direitos humanos
- Mercado de trabalho e as novas oportunidades de negócios
- Trabalho voluntário
- Relações humanas e o trabalho em equipe
- Saúde mental e corporal
- Saúde e segurança no trabalho
- Ecologia
- Sustentabilidade
- Democracia e cidadania
- Questões de gênero
- Empreendedorismo
- Educação financeira
- Direitos trabalhistas.

TUTORIA

A Tutoria tem como um dos objetivos principais, o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes, auxiliando na construção dos seus projetos de vida e no processo de escolha dos Itinerários Formativos. Para isso, devem usar como apoio o Caderno de Orientações Pedagógicas para Tutoria desenvolvido pela Secretaria de Educação.

O Caderno apresenta orientações e estratégias que podem ser utilizadas em sala de aula para apoio aos docentes. Mas lembramos que a autonomia do professor deve ser priorizada, e que devem ser consideradas também as subjetividades e realidades de cada sala de aula. Na **EJA** a Tutoria se apresenta com 1 horário semanal, e 40h horas anuais, na 1ª Etapa.

Assim, o professor tutor deve organizar e planejar a rotina de tutoria de acordo

com os tutorandos, avaliando quais conteúdos e dinâmicas apresentadas no Caderno auxiliam melhor os estudantes em suas trajetórias escolares e na organização de seus respectivos projetos de vida.

5.3 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

Um dos principais focos para gestores, coordenadores e professores frente ao acompanhamento pedagógico da EJA deve estar alinhado às garantias das aprendizagens essenciais aos estudantes de modo que isso auxilie no enfrentamento à evasão escolar e no estabelecimento das condições objetivas para que o estudante conclua esta etapa de escolarização.

Neste sentido, os processos pedagógicos vivenciados nas escolas devem estar atentos ao tempo-espço próprio de cada realidade na busca da implementação do Novo Ensino Médio da EJA e, para tanto, é necessário que a equipe pedagógica se apoie e focalize o planejamento colaborativo, a dialogicidade, o respeito e a valorização dessas produções que ocorrem no âmbito escolar entre pares, como elementos capazes de sedimentar as discussões teórico-práticas fundamentais ao desenvolvimento das práticas educativas com qualidade social.

Entende-se que estas discussões teórico-práticas, para além de promover e orientar a elaboração do planejamento didático, deve ser ponto propulsor da formação continuada em serviço, para que as equipes escolares possam experimentar as diversas temáticas da realidade do seu atendimento, discutindo e agindo sobre suas principais problemáticas encontradas.

5.3.1 SUGESTÃO PARA O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DA MODALIDADE EJA

É importante o reconhecimento da realidade educacional no tempo presente, ou seja, contextualizada nas vozes dos diferentes sujeitos (gestores, coordenadores, estudantes) que ajudam potencializar/valorizar os saberes das equipes escolares, identificando quais os aspectos da prática pedagógica dos professores que precisam ser mobilizados para ajudarem os estudantes na apropriação de conhecimentos teórico-práticos e críticos.

O diagnóstico é um aspecto da avaliação formativa que deverá ser retroalimentado por período letivo, podendo ser realizado na primeira quinzena das atividades letivas, como ação mobilizadora de pautas (temas) que devem ser aprofundadas segundo as proposições de cada escola;

O acompanhamento da implementação da Matriz Curricular da EJA é de suma importância, pois esta irá subsidiar o planejamento das atividades e assim garantir melhorias das ações pedagógicas na escola;

O assessoramento e acompanhamento das adequações do Projeto Político Pedagógico-PPP das escolas, com sugestões ou considerações serão de grande valia para a melhoria da aprendizagem dos estudantes;

A orientação para organização do trabalho pedagógico da escola irá subsidiar a gestão nas estratégias a serem desenvolvidas para a modalidade;

A promoção de momentos formativos são essenciais para o fortalecimento das práticas pedagógicas da modalidade por meio das trocas de saberes, reflexões e experiências da EJA;

A utilização dos instrumentos de acompanhamento é uma forma de registro indispensável na resolução dos problemas pedagógicos, estruturais e administrativos da

escola, tendo em vista a agilidade dos processos;

Dessa forma, os aspectos evidenciados irão contribuir para encaminhamentos propositivos que facilitem o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

5.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A avaliação escolar na EJA, em seus diferentes processos e espaços, deverá encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens.

A avaliação da EJA do Ensino Fundamental e Médio segue o que está estabelecido na Sistemática de Avaliação da rede de ensino do Maranhão por meio da Portaria nº 2.343/2017 que estabelece a Sistemática de Avaliação da Aprendizagem da Rede Estadual de Ensino do Maranhão que orienta para as diretrizes da avaliação, considerando as características: formativa, mediadora, participativa, emancipatória, inclusiva e democrática expressa no Projeto Político Pedagógico da Escola analisada de forma reflexiva, considerando seu aspecto balizador das práticas educativas.

Desse modo, para o estudante dos cursos presenciais, exigir-se-á frequência mínima de 75% do total de horas letivas para a sua aprovação, apurada sobre o total da carga horária do período letivo.

Quanto aos resultados da avaliação serão apresentados na forma de notas de 0 a 10 (zero a dez) e serão computados a cada 25% da carga horária trabalhada, sendo a nota mínima para aprovação 6,0 (seis).

Concluídos os quatros períodos avaliativos, se o estudante não houver obtido como resultado final a média 6,0 (seis), deverá ingressar no processo de recuperação paralela, que acontecerá de forma permanente e não apenas em momento pontual, realizando diversas atividades com orientações específicas, com o objetivo de superar as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem do período.

Ressalvamos que para a recuperação no Ensino Fundamental, a 1ª Etapa permanece o remanejamento e na 3ª Etapa – permanece a pendência em até três disciplinas.

Já no Ensino Médio da EJA, o estudante da 1ª etapa que não obtiver resultado satisfatório em até 03 (três) componentes curriculares (disciplinas), poderá matricular-se na 2ª etapa, tendo que concluir a pendência, preferencialmente, até o final do 1º semestre do ano em que tiver cursando a 2ª etapa.

Para o novo Ensino Médio, a Lei nº 13.415 que altera a LDB Nº 9. 394/96, em seu Art. 35-A, § 8º ilustra alguns exemplos de instrumentos avaliativos e sua função organizativa, orientando que (...) os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativas serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, (...) (BRASIL, 2017).

Nesse caso, sugere-se avaliação diagnóstica e realização de atividades envolvendo os estudantes, em que possa ocorrer o processo de avaliação com técnicas e instrumentos diversificados, tais como: Pré-testes, provas escritas discursivas, trabalhos escritos, pesquisas em duplas ou grupos, relatórios e produções individuais ou em grupos, seminários, debates, questionários para grupos, estudos de caso, portfólio individual ou coletivo, webquests e outras atividades on-line e auto avaliação, tendo como postura máxima a observação investigativa.

5.5 AS FORMAS DE OFERTA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO MARANHÃO

Atualmente, a escolarização na modalidade EJA, na rede estadual de ensino acontece, predominantemente, nos cursos presenciais ofertados nas escolas estaduais e nos cursos semipresenciais do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), além das opções de avaliação e certificação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

A EJA COM OFERTA POR SISTEMA MODULAR E EXAMES ESPECIAIS PARA CERTIFICAÇÃO

A oferta do sistema modular e exames é exclusivamente para candidatos que irão fazer Ensino Fundamental (15 anos completos) e Médio (18 anos completos). As aulas acontecem a qualquer dia/turno e mês do ano (com exceção de julho por ser férias coletivas dos professores).

O curso sistema modular utiliza a metodologia semipresencial e é organizado com flexibilidade curricular de tempo. A aprovação em cada componente curricular se dará após a conclusão de todos os cadernos/módulos, bem como a conclusão do curso estará condicionada à aprovação em todos os cadernos/módulos. A cada encerramento, avaliação e aprovação de caderno/módulo, o estudante estará apto a receber o seguinte, até a integralização do curso.

Os componentes curriculares obrigatórios serão desenvolvidos por meio de momentos presenciais, de estudo individual e de avaliações presenciais, cuja fundamentação e metodologia se encontram no material didático oferecido pelo Centro, o qual é composto do Caderno de Técnicas de Estudo e pelos Cadernos das áreas do conhecimento, nas etapas de ensino fundamental e o médio.

Os conteúdos das áreas do conhecimento do Sistema Modular, encontram-se estruturados para atender a BNCC, adequando-as às necessidades do mundo contemporâneo e das necessidades de aprendizagem dos educandos jovens e adultos.

A conclusão fica a critério da rotina que cada estudante faz e de acordo com suas possibilidades/limites. Os estudantes são atendidos, nos três turnos, por professores de suas respectivas disciplinas para tirar dúvidas (plantão) e /ou realizar a prova.

Quanto ao material didático, no Ensino Fundamental são 13 cadernos e Ensino Médio 31 cadernos, distribuídos, respectivamente, entre as áreas de conhecimento (o primeiro caderno é entregue no ato da inscrição e os demais, à medida que o estudante comparece para realizar a prova que pode ser realizada a qualquer dia e/ou turno da semana sem necessidade de agendamento).

EXAMES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EEJA)

Ainda como parte das ações do CEJA são realizadas periodicamente de acordo com o calendário anual, o Exames de Educação de Jovens e Adultos (EEJA) que tem como objetivo geral possibilitar a jovens, adultos e idosos que estão fora da escola ou da idade regular de ensino, a conclusão dos estudos e/ou certificação nos níveis fundamental e médio.

Essa ação visa proporcionar exames de pendências para candidatos que não lograram aprovação para certificação nos exames: EEJA, ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e aos estudantes do Ensino Fundamental (6º, 7º e 8º anos, 3ª etapa – EJA) e do Ensino Médio (1ª e 2ª séries, 1ª etapa – EJA) como estratégia de combate à repetência e ao abandono escolar. Vale destacar que são disponibilizados para os estudantes planos de curso de cada componente curricular, contendo os conteúdos que serão abordados nas respectivas avaliações.

5.6 A CORRESPONDÊNCIA CURRICULAR DO ENSINO REGULAR PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A correspondência curricular das séries do Ensino Fundamental e Médio Regular para as etapas do Ensino Fundamental e Médio da EJA poderá ser realizada observadas as equivalências e o corte etário para matrícula nessa modalidade.

A CORRESPONDÊNCIA CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL

No Ensino Fundamental, a 1ª série do Ensino Regular e 1ª Etapa da EJA são equivalentes, ou seja, é possível realizar a transferência de estudantes, observando apenas o corte etário para matrícula na EJA que é de 15 anos ou mais.

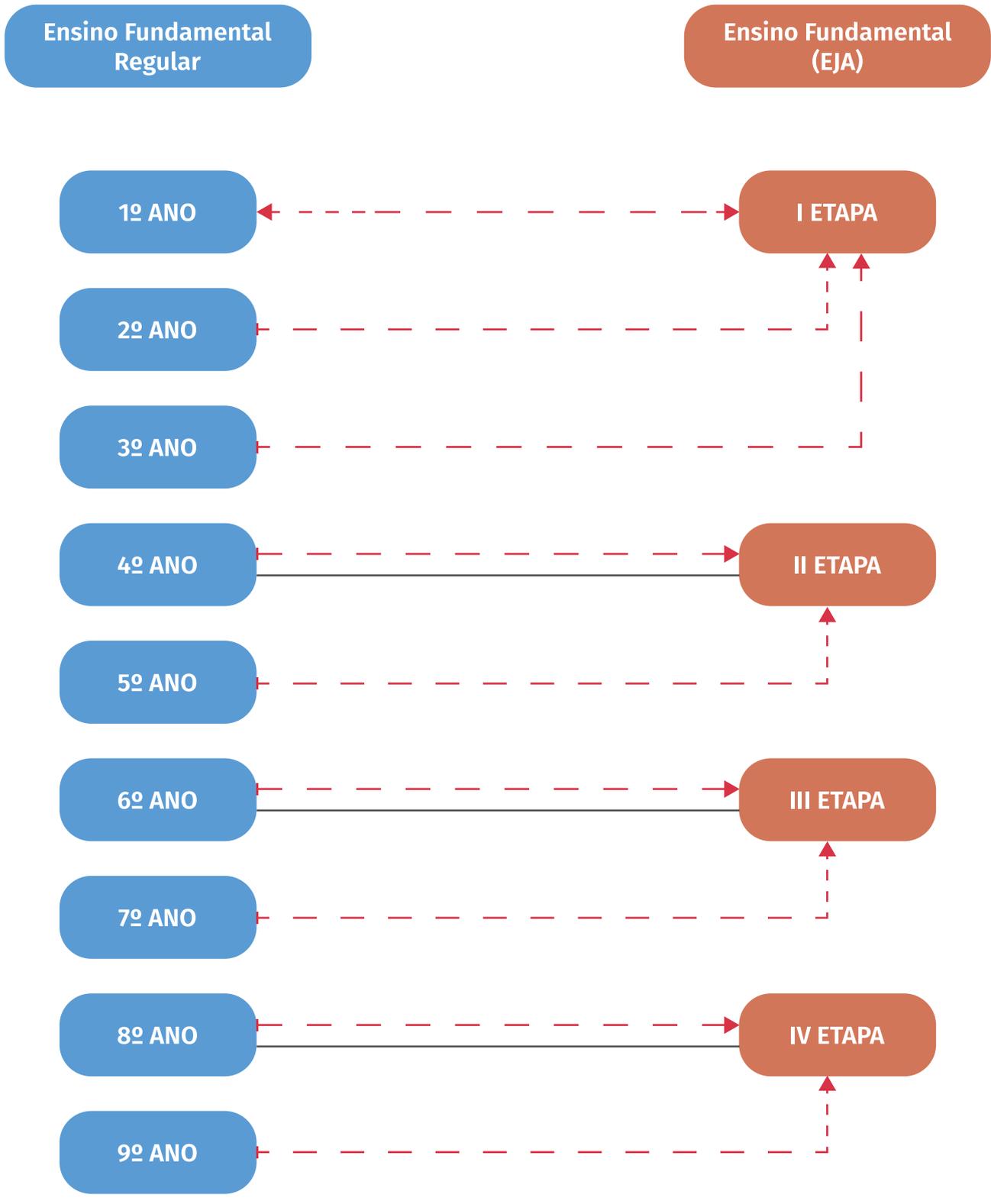
Para as demais séries, admite-se a transferência após a conclusão da série/etapa, com aprovação, respeitando-se o corte etário da EJA nas situações abaixo:

- 4º ano do Ensino Fundamental Regular para 2ª Etapa da EJA;
- 6º ano do Ensino Fundamental Regular para 3ª Etapa da EJA;
- 8º ano do Ensino Fundamental Regular para 4ª etapa EJA.

Porém, não se admite transferência do Ensino Fundamental EJA (1ª Etapa, 2ª Etapa, 3ª Etapa e 4ª Etapa) para o Ensino Fundamental Regular, exceto, se ela ocorrer da 1ª Etapa da EJA para a 1ª série do Ensino Fundamental Regular.

Vale destacar que a transferência do Ensino Fundamental Regular para EJA exigirá-se-á, qualquer que seja a situação, desde que o estudante obedeça o critério da idade mínima tenha idade igual ou maior a 15 anos.

ORGANOGRAMA 1: ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR PARCIAL E ENSINO FUNDAMENTAL (EJA)



Legenda:

Seta vermelha traçada: Transferências entre as etapas, durante o ano letivo.

Seta cinza: Transferência entre as etapas após a conclusão da série/etapa com aprovação.

Restrição:
 1. Transferência do Regular para a EJA deve ser realizada, se somente se, o aluno tiver 15 anos completos na data da transferência.

A CORRESPONDÊNCIA CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO

A correspondência curricular das etapas do Ensino Médio Regular com Ensino Médio da EJA poderá ocorrer desde que aconteça conforme os critérios estabelecidos pela SEDUC/MA. Sendo assim, caso o estudante já tenha cursado no Ensino Médio Regular em alguma série e queira matricular-se no Ensino Médio da EJA, admite-se transferência após a conclusão da série, com aprovação, conforme os critérios equivalências abaixo:

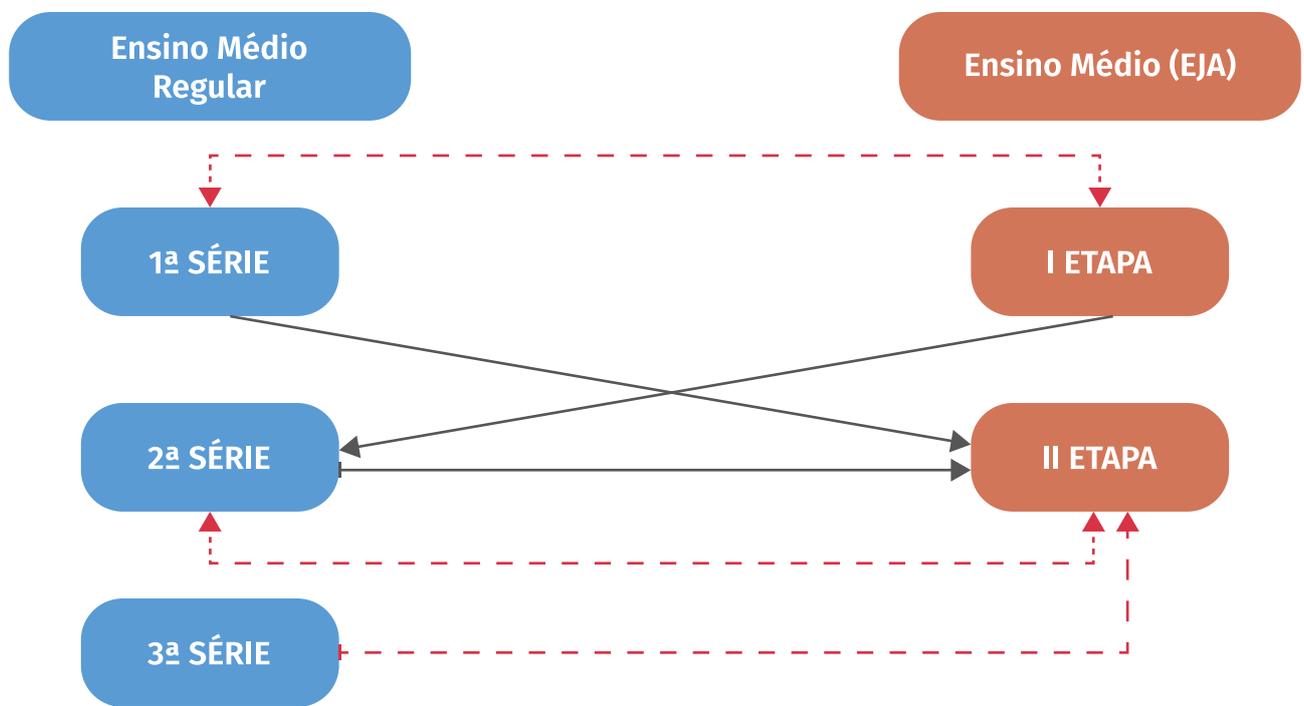
- A 1ª série e 1ª Etapa; 2ª série e 2ª etapa; 3ª série e 2ª etapa, são equivalentes, ou seja, é possível realizar a transferência de estudantes, observando apenas o corte etário para matrícula na EJA (idade maior ou igual a 17 anos);

- Admite-se a transferência, após a conclusão da série/etapa, com aprovação, os estudantes da:

- 1ª série do Ensino Médio Regular para 2ª Etapa do Ensino Médio da EJA;
- 1ª Etapa do Ensino Médio da EJA para 2ª série do Ensino Médio Regular;
- 2ª série do Ensino Médio Regular para 2ª Etapa do Ensino Médio da EJA.

A correspondência curricular das etapas do Ensino Médio da EJA com EJA Tec, Ensino Médio Técnico, Proeja e programas de aceleração de estudos não poderá ocorrer devido as divergências nas Matrizes de referência de ambas. O mesmo acontece com os casos de transferência do estudante da 1ª Etapa do Ensino Médio da EJA para 3ª série do Ensino Médio Regular quando o mesmo não tiver a idade mínima para ingresso na EJA.

Organograma 2: Ensino Médio Regular Parcial e Ensino Fundamental (EJA)



Seta vermelha traçada:

Transferências entre as etapas, durante o ano letivo.

Seta cinza:

Transferência entre as etapas após a conclusão da série/etapa com aprovação.

Legenda:

Restrição:

1. Transferência do Regular para a EJA deve ser realizada, se somente se, o aluno tiver 17 anos completos na data da transferência

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira**”, e dá outras providências. Diário Oficial da República, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984**. Institui a lei de Execução Penais. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1984.

BRASIL. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1990.

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. **Lei n.º 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2008.

BRASIL. **Lei 1.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. 2003

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 01**, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2000.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n.º 11**, de 10 de maio de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2000.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 05**, de 22 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2017.

BRASIL. **Portaria nº 1.432**, de 28 de dezembro de 2018. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, DF: 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 01**, de 28 de maio de 2021. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2021.

DE CARVALHO, Jair Antonio et al. Andragogia: considerações sobre a aprendizagem do adulto. **Ensino, saúde e ambiente**, v. 3, n. 1, 2010.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo Sem Fronteiras**. V. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Papel da educação na humanização. Cortez, 1967.

GOMES, Gleycon Rodrigo da Silva. PROJETO DE VIDA: UMA ALTERNATIVA PARA SE COMBATER A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA. BRASÍLIA.2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Dados sobre alfabetização, Brasil, 2018.

INEP. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2020** [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. xx p. : il. RESUMO TÉCNICO DO ESTADO DO MARANHÃO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, v. 21, p. 15-39, 2000.

MARANHÃO. **Resolução nº 021**, 2015. Conselho Estadual de Educação do Maranhão. São Luís, MA, 2015.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Regimento escolar dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual do Maranhão**. São Luís 2016.

MARANHÃO. Secretaria Estadual de Educação. Fundação da Criança e da Adolescência. **Acordo de Cooperação nº 07**. Conselho Estadual de Educação do Maranhão. São Luís, MA, 2017.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 2343**. Dispõe sobre a Sistemática de Avaliação da rede pública de ensino do Maranhão. São Luís - 2017.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Documento curricular do território maranhense: ensino médio**. Vol. II. São Luís, 2022.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Reformulação do Ensino Médio no Maranhão: detalhamento pré - IF 1ª série**. São Luís, 2022.

MEC/SEPPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portalantigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>.

Orientações e ações para Educação das Relações Étnico Raciais Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão. Brasília: **SECADI/MEC** 2006.

Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/?lang=pt>

Pedagogia Quilombola e Educação de Jovens e Adultos: Tecendo caminhos. Disponível em: <https://revista.catedra.puc-rio.br/>

RESOLUÇÃO Nº 189/2020 – CEE/MA - Dispõe sobre as **Diretrizes Curriculares Estaduais para a Qualidade da Educação Escolar Quilombola** na Educação Básica no Maranhão e dá outras providências. Agosto/2020.São Luís/MA.

ANEXO 1

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EJA

- **Princípios e Fundamentos Legais da Educação de Jovens e Adultos**
- **Proposições para o enfrentamento à evasão e abandono na EJA**
- **A diversidade de público na Educação de Jovens e Adultos**

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, Seção V, em seu Art. que trata da EJA 37, dispõe que essa modalidade da Educação Básica será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Esse público é formado por jovens com 15 anos completos (Ensino Fundamental) e 18 anos completos (Ensino Médio) e adultos, quer sejam pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade e também adolescente em cumprimento de medidas cautelares e socioeducativas, fora da faixa etária da escolaridade regular e que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria.

Nesse entendimento, na Resolução n.º 001 de 5 de Junho de 2000, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos - EJA, o processo formativo do estudante da EJA deve considerar as situações, os perfis destes, as faixas etárias e precisa pautar-se pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Nesse sentido, os fundamentos básicos, histórico-sociais e a proposta pedagógica da EJA devem corroborar para o desenvolvimento e a construção dos conhecimentos, potencializar as competências e mobilizar as habilidades e valores que transcendam os espaços formais da escolarização com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, tendo em vista as funções descritas a seguir, conforme Parecer CNE/CEB/MEC nº 11/2000:

- **Função Reparadora:** significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.
- **Função Equalizadora:** possibilita ao indivíduo a reentrada no Sistema Educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, das estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nas oportunidades face ao direito à Educação.
- **Função Permanente ou Qualificadora:** propicia um patamar igualitário de formação e restabelece a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à Educação (BRASIL, 2000, p, 9-12).

Essas funções têm o objetivo de orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas realizadas nas instituições de ensino, uma vez que a Resolução CNE/CEB n.º 01/2000 sugere um modelo pedagógico próprio que reconheça direitos, priorize a inclusão e fortaleça a concepção de desenvolvimento da qualidade social da educação.

Para os ingressos nos cursos da EJA, destaca-se o Art. 52 do Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) - Parecer nº 137/2016 e Resolução nº 118/2016, que

orienta a idade mínima para o ingresso na EJA no Ensino Fundamental e Médio será, respectivamente, de 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos completos, observado o corte etário, considerando a data de 31 de março para matrícula na EJA.

No entanto, é possível realizar a transferência de estudantes do Ensino Médio Regular para o Ensino Médio da EJA, desde que sejam observadas as equivalências e o corte etário para matrícula nessa modalidade.

Nos casos excepcionais, de acordo com a Portaria Nº 41/2022, que dispõe sobre as diretrizes gerais para matrícula, rematrícula e transferência de estudantes no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, os estudantes menores de 18 (dezoito) e maiores de 17 (dezessete) anos poderão se matricular no turno Noturno do Ensino Médio Regular ou na EJA, observados os critérios dispostos no Art. 13 da mesma portaria que autoriza a referida matrícula.

É válido ressaltar, também, a possibilidade ofertada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), destinado aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive, às pessoas privadas de liberdade que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada, que desejam pleitear certificação no nível de conclusão do ensino fundamental e ensino médio na modalidade EJA.

A participação no Encceja é voluntária e gratuita, desde que obedeça o critério de idade mínima de 15 (quinze) anos completos na data de realização do exame para o Ensino Fundamental e de 18 (dezoito) anos completos no dia de aplicação da prova para o Ensino Médio. As normativas sobre o Encceja são reforçados pelos Art. 27 e 28 da Resolução Nº 1/2021, obedecidos o disposto no art. 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/1996 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, onde afirma que:

- **Art. 27.** Obedecidos o disposto no art. 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/1996 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, será considerada a idade mínima de 15 (quinze) anos completos para o ingresso nos cursos da EJA e para a realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Fundamental (1º e 2º segmento).
- **Art. 28.** Observado o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/1996, a idade mínima para matrícula em cursos da EJA e para inscrição e realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Médio (3º segmento) é de 18 (dezoito) anos completos. Parágrafo único. O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos. (BRASIL, 2021)

Vale ressaltar que toda certificação por meio do Encceja possui validade nacional. Assim, considerar a heterogeneidade desse público, seus interesses, identidades, preocupações, necessidades, expectativas em relação à escola, habilidades, enfim, suas vivências, tornam-se de suma importância para a construção de uma proposta pedagógica que valorize a educação ao longo da vida. Para tanto, é fundamental perceber quem é esse sujeito, para que os conteúdos a serem trabalhados façam sentido, tenham significado e, sobretudo, sejam elementos concretos na sua formação, instrumentalizando-o pelo domínio de conhecimentos que o habilite para uma intervenção na sua realidade.

PROPOSIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO À EVASÃO E ABANDONO NA EJA

De acordo com dados do IBGE (2018), cerca de 11 milhões de pessoas são analfabetas, por isso, promover um espaço que motive o estudante a permanecer na escolarização é algo desafiador, visto que o analfabetismo é um problema de ordem social que necessita de grandes esforços para a composição de um conjunto robusto e articulado de políticas públicas adequadas.

Segundo dados do Censo Escolar de 2020, houve uma queda de matrículas de 8,3% na EJA em relação ao ano anterior. Assim, para o enfrentamento a esse problema, sugerem-se algumas propostas que podem ser utilizadas para evitar o esvaziamento do ambiente escolar da EJA, a saber:

- Realizar, sistematicamente, encontros e palestras com os estudantes para sensibilizá-los(as) sobre a importância de sua permanência para a conclusão da sua escolarização;
- Participar efetivamente das atividades escolares da EJA, garantindo a integração dessa modalidade de ensino às demais atividades da escola, de modo que a Proposta possa ser viabilizada e alcance os objetivos propostos juntos aos estudantes;
- Realizar sessões de estudos e formação continuada nas escolas, visando à aplicabilidade da Proposta Curricular da EJA, Orientações Curriculares alinhadas à BNCC e ao Documento Curricular do Território Maranhense, diversificando as metodologias das aulas, tornando-as contextualizadas e embasadas no tempo e na realidade dos estudantes;
- Realizar chamada pública anual para matrícula, utilizando os meios de comunicação disponíveis (carro de som, bike som, rádios, jornal, TV, cartazes fixados nos pontos comerciais das comunidades, uso das redes sociais etc.);
- Apoiar o planejamento das atividades docentes, (re)orientando de modo a corresponder às expectativas, cultura, características, problemas e necessidades de aprendizagem do estudante da EJA;
- (Re)elaborar, discutir e fortalecer o projeto político pedagógico da escola com base nos estudos realizados sobre o desempenho escolar, evasão, dentre outros aspectos identificados;
- Realizar diagnóstico da comunidade escolar e elaborar plano de trabalho com fundamentos e expectativas dos estudantes para instrumentalizar a proposta pedagógica da instituição.

A DIVERSIDADE DE PÚBLICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação direcionada para jovens e adultos caracteriza-se por uma proposta voltada a todos aqueles que, por algum motivo, não puderam frequentar ou não tiveram acesso à educação básica na idade adequada, diferenciando-se do ensino regular, considerando os princípios da andragogia que, segundo De Carvalho (2010), é um caminho educacional que busca compreender o adulto, podendo ser considerado como uma teoria, e também um método de ensino que se reflete na construção de conhecimentos, respeitando as experiências de vida dos estudantes.

Nessa proposta, a responsabilidade no aprender precisa ser refletida na prática do professor e na realidade do estudante, de modo que este compartilhe experiências que promovam a aprendizagem. O método é de fundamental importância no processo de educação do adulto, por se tratar de pessoa já dotada de uma consciência formada, com hábitos de vida e situações de trabalho que não podem ser arbitrariamente modificados, conforme orienta De Carvalho (2010).

Características que fundamentam o método na perspectiva da andragogia:

- Despertar no adulto a consciência da necessidade de instruir-se e a noção clara da sua participação na sociedade;
- Partir dos elementos que compõem a realidade do educando, que se destacam como expressão de sua relação direta e contínua com o mundo em que vive;
- Não impor o método ao educando, e sim criá-lo com ele, com base na realidade em que vive. O professor deve atuar como incentivador da busca autônoma de conhecimentos;
- Propor o conteúdo que deve ser justificado como uma contribuição para melhorar as condições de vida do estudante.

Coadunando com o Art. 8 da Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021, quanto às formas de atendimento da EJA com ênfase na Educação e Aprendizagem ao longo da Vida, a SEDUC/MA oferta a modalidade para a população do campo, pessoas com deficiência, os jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, adolescentes em cumprimento de medidas cautelares e socioeducativas, indígena e quilombolas (BRASIL, 2021).

A EJA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, sendo assim, na EJA não seria diferente, visto que segue o mesmo processo de desenvolvimento, tanto nos níveis quanto nas modalidades, dessa forma, reconhecer o direito de matrícula é o primeiro passo.

Conforme o Art. 64, no que se refere ao Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão:

No Art. 64 - Os estudantes público alvo da Educação Especial a partir de quinze anos, com distorção idade/ano do Ensino Fundamental, devem ser encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos (MARANHÃO, 2016).

Sabemos que o público da EJA com deficiência constitui hoje ampla parcela da população no mundo, isso porque não tiveram oportunidade de acesso à educação na idade apropriada e, também, pelo longo período imposto pela invisibilidade a que foram submetidos dentro de seus próprios lares ou institucionalizados.

Sobre esse tema, a Resolução Nº 1, de 28 maio de 2021, em seu § 8º afirma:

Aos estudantes que apresentem severas deficiências ou transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista que impeçam seu desenvolvimento acadêmico, será assegurada e outorgada a terminalidade específica, documento descritivo das competências adquiridas, exigindo encaminhamento do estudante à outras experiências de vida e trabalho que não considerem a continuidade de estudos acadêmicos formais (BRASIL, 2021).

Depois da Convenção de Salamanca, em 1994, foi desencadeado um processo mundial de mudanças destinadas a garantir direitos à educação para todos. Essas mudanças, ao longo dos últimos anos, tornaram o sistema educacional brasileiro imerso em orientações políticas e legais que refletem o compromisso com uma Política de Inclusão de Abrangência Social.

Sendo assim, para a oferta da modalidade EJA, com garantia de acesso ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, deve ser considerada uma validação de direitos de acesso à educação para as pessoas com deficiência fora da idade de acesso à educação em respeito às peculiaridades de sua idade cronológica.

Nesse contexto, as pessoas com deficiência em idade de frequentar a EJA devem ser apoiadas pela família e, sobretudo, por uma escola que entenda suas limitações e coloque a disposição um planejamento individualizado, com base em suas necessidades educacionais específicas - NEE e, sempre que necessário, façam adaptações curriculares para que seja garantido o máximo de aproveitamento nas aprendizagens, após conhecer ou definir o êxito da aprendizagem desse sujeito.

Dessa forma, na modalidade EJA, a Educação Especial é um espaço de efetivação do direito de aprender, com ações que possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social.

A EJA PARA PESSOAS NO CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO MARANHÃO

O direito à educação das pessoas que cumprem pena privativa de liberdade tem sido bastante discutido na última década. No âmbito do sistema prisional brasileiro é preciso considerar a complexidade de tal sistema, tendo em vista os obstáculos inerentes à natureza das instituições penais e, assim, tornar possível compatibilizar os objetivos cerceadores da prisão com a possibilidade de emancipação humana.

A oferta da EJA nos estabelecimentos penais é subsidiada pela Resolução nº 021/2015 – CEE/MA, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pelo Acordo de Cooperação nº 7/2017, que trata inclusive sobre a atuação conjunta entre secretaria de administração prisional e secretaria estadual de educação maranhense e pelos dispositivos nacionais e internacionais que tratam da questão como:

Declaração de Hamburgo e o Plano de Ação para o Futuro aprovados na V Conferência Internacional sobre EJA (CONFINTEA), onde garante avanços para o direito das pessoas encarceradas em nível internacional, afirmando no item 47 do tema 8 do Plano de Ação de Hamburgo a necessidade de reconhecer que o direito de todas as pessoas encarceradas à aprendizagem;

O Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece a ampliação de matrículas em todas as unidades prisionais em conflitos com a lei, programas de EJA de nível Fundamental e Médio”, assim como de formação profissional, contemplando as metas previstas para esse período.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) determina também que os sistemas de ensino devem assegurar cursos e exames a fim de proporcionar oportunidades educacionais apropriadas aos interesses, condições de vida e trabalho a jovens e adultos. Prevê que o acesso e a permanência, sendo que estes devem ser viabilizados e estimulados por ações integradas dos poderes públicos.

A Lei de Execução Penal (LEP - n.º 7.210/84), que preserva os direitos básicos as pessoas que perderam a liberdade, garantindo a instrução escolar e a formação profissional.

Atualmente, a SEDUC MA atende 29 unidades prisionais, localizadas em 16 municípios maranhenses, ofertando o Ensino Fundamental e Médio na Modalidade EJA. As aulas acontecem nas Unidades Prisionais, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) e no CE João Sobreira de Lima, que fica localizado dentro do Complexo Penitenciário de São Luís. Vale ressaltar que as orientações curriculares dessa forma de oferta obedecem às normativas da rede considerando as especificidades e particularidades dessa clientela.

Quanto a gestão escolar nas unidades prisionais, esta é realizada por meio de uma Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar, as quais assumem um importante papel no desenvolvimento das ações, projetos e todas as demais atividades pedagógicas que proporcionam o acesso, permanência e continuidade de estudos para os apenados, independente do regime ao qual estejam submetidos.

É importante destacar que o processo de gestão escolar nas unidades prisionais deve favorecer a construção de um ambiente democrático e participativo. Assim, cabe à

gestão a responsabilidade de fazer as mediações necessárias junto aos agentes operacionais de execução penal, tendo em vista a ausência ou limitação do olhar pedagógico que estes possuem sobre a importância da educação no processo de ressocialização dos apenados.

Apesar dos paradoxos existentes nos espaços prisionais e da dificuldade em se vislumbrar ações educativas no seu interior, concordamos com Freire (1995), assim, acreditamos que a educação escolar no interior das prisões deve e pode estar comprometida com as condições de vida dos encarcerados e contribuir para melhorá-las, para isso, a integração entre professores e agentes é de suma importância para que esta prática se efetive no Estado.

No Estado do Maranhão, os professores que atuam na oferta de educação nas prisões são contratados ou fazem parte do quadro efetivo de profissionais da educação, indicados pela Unidade Regional de Educação, órgão responsável pela lotação de professores em todo o Estado.

A EJA PARA JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES E SOCIOEDUCATIVAS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi uma grande conquista na política de enfrentamento às situações de violação e ameaça aos direitos da criança e do adolescente. Por meio das diretrizes da política de atendimento ao menor infrator foram medidas específicas de ação do Estado, quando comprovada a autoria de ato infracional praticado por adolescentes.

A primeira referência de socioeducação surgiu com o ECA (BRASIL, 1990), em expressões compreendidas por política pública específica para reparação de uma dívida histórica da sociedade e do Estado junto à população de adolescentes em cumprimento de medidas cautelares, inseridas no sistema socioeducativo.

Dessa forma, pode-se dizer que as medidas socioeducativas trouxeram mudanças significativas na forma de intervir com crianças e adolescentes no Brasil, na materialização de políticas públicas e sociais que incluam o adolescente em conflito com a lei. Elas são aplicadas a adolescentes quando verificada a prática de ato infracional, que de acordo com o ECA (Lei n. 8069, 1990) e o Sinase (Lei n. 12594, 2012), essas medidas têm como objetivo:

- I -a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional;
- II -a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais; e
- III -a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 1990).

Diante disso, a SEDUC/MA tem avançado, de forma satisfatória, na formulação de políticas sociais direcionadas à garantia do direito à educação desses adolescentes no Es-

tado do Maranhão, oferecendo escolarização na modalidade de EJA, bem como educação profissional por meio de Programas e Projetos financiados pelo Governo Federal.

A oferta da escolarização é uma articulação com a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) que, por meio de uma gestão participativa, atende os adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos de idade do gênero masculino e feminino, em conflito com a lei, sentenciados pela justiça para cumprimento de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade em decorrência da prática de ato infracional.

De acordo com o art. 37 §1 da LDB, essa oferta deve assegurar aos adolescentes e jovens oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996).

Sendo a educação um direito fundamental para àqueles que se encontra em cumprimento de medidas socioeducativas, essa oferta é baseada nas legislações abaixo:

Constituição Federal – Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto – Seção - Da Educação - Artigos. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família e 206 - Capítulo I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – embora não haja especificidade em nenhum de seus artigos a oferta de ensino para os assistidos do sistema socioeducativo. Os que mais se aproximam da escolarização A seção V do Capítulo II (Da Educação Básica) da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) trata da EJA, sendo composta de apenas dois artigos (arts. 37 e 38). Destaca-se tais artigos, pois eles respondem a distorção idade/série apresentada pelos menores em cumprimento de medidas socioeducativas.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Assegurado pela Lei Federal 8.069/90, a escolarização e profissionalização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, nos artigos 94, X e XI e 124.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: que estabelece as competências das três esferas de governo, bem como de cada uma de suas pastas concernentes à execução das políticas públicas direcionadas ao atendimento aos adolescentes.

Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo: elaborado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, sua estratégia está centrada no controle social, na responsabilização e defesa institucional e na promoção de políticas públicas básicas, com o estabelecimento de 16 ações que visam à melhoria de atendimento aos adolescentes.

Para realizar o atendimento a Jovens em Cumprimento de Medidas Cautelares e Socioeducativas, a SEDUC MA conta em sua estrutura organizacional com 7 (sete) unidades de execução de medidas, que estão localizadas nos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Imperatriz e Timon.